

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 57
ABR/MAI 2020

#457

CORONAVÍRUS E
AGENDA DE REFORMAS

1 EM CADA 3 BRASILEIROS
NÃO TEM CONTA EM BANCO

ENTREVISTA

Juliana Guimarães,
CEO da BS2

"O Brasil precisa passar mais
seriedade em seus contratos."

UMA FLOR DE LIS NO PEITO

Clarice Lispector

Há cem anos, nascia uma das autoras
mais consagradas da literatura nacional

Ensino a distância

VANTAGENS DOS CURSOS ONLINE
CONQUISTAM MILHARES DE ALUNOS
NO PAÍS, MAS ESPECIALISTAS
APONTAM LACUNAS

RS15,90



É POSSÍVEL

ter um plano de saúde que cabe no seu bolso.

Só com a Qualicorp e com a FECOMERCIO-SP você, **Empregador do Comércio**, tem condições especiais na adesão de um dos melhores planos de saúde do Brasil.

A partir de:

R\$ **291**¹

Ligue: **0800 799 3003**

Se preferir, simule seu plano em qualicorp.com.br/oferta



Logos of health plan providers: SulAmérica Saúde, bradesco saúde, Central Nacional Unimed, and amil.

¹R\$290,55 - Plano Exato Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva, abrangência geográfica de atendimento nacional (tabela de Julho/2019 - SP). A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as condições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Fevereiro/2020.



PB | #457

*Educação é assunto recorrente nas páginas de **PB**. Nesta edição, jogamos luz sobre o impacto da tecnologia na qualidade e no aumento do alcance dos métodos de ensino. Como conciliar inovação e boa curadoria? De que maneira o ensino público pode aproveitar essa transformação nos meios de aprendizagem? A certeza: educação a distância é caminho sem volta. O desafio passa por fortalecer as nobres funções do professor e do ambiente construtivo da escola.*

DISCUTIMOS PROBLEMAS PARA ENCONTRAR SOLUÇÕES.

DURANTE 57 ANOS, VIVEMOS E ANALISAMOS A HISTÓRIA DO NOSSO PAÍS. ACOMPANHAMOS MOMENTOS CRÍTICOS, DISCUTIMOS NOSSA IDENTIDADE E BUSCAMOS SOLUÇÕES PARA DESAFIOS NACIONAIS. EM 2016, COMEÇAMOS A NOS REINVENTAR.

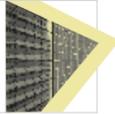
Reformulamos nosso projeto gráfico, fomos às bancas e desenvolvemos edições temáticas. No fim do ano passado, esse trabalho foi reconhecido e conquistamos o Prêmio Aberje 2019 na categoria Mídia Impressa. Escrevemos bastante, aprendemos muito e sabemos que o principal personagem das nossas histórias é o nosso leitor.

POR ISSO, QUEREMOS MUITO OUVIR VOCÊ!

QUAIS SÃO SUAS SUGESTÕES? SOBRE O QUE PODEMOS FALAR?

ESCREVA PARA
publicacoes@fecomercio.com.br

PB
PROBLEMAS BRASILEIROS

		8	Capa A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
14	Artigo POR ERICA BUTOW			
		16	Artigo POR ANDRÉ SACCONATO	
18	Entrevista JULIANA PENTAGNA GUIMARÃES, DIRETORA-EXECUTIVA DO BS2			
26	7 Perguntas LIRA NETO FALA SOBRE AS BIOGRAFIAS DE GETÚLIO VARGAS E CASTELLO BRANCO			
		28	Economia OS BRASILEIROS SEM DINHEIRO NO BANCO	
		32	Estados ACRE: EM BUSCA DA SUPERANÇA	
38	Literatura AMAZÔNIA			
40	Artigo POR ANTONIO LANZANA	41	Artigo POR PAULO DELGADO	
42	Cultura CENTENÁRIO DE CLARICE LISPECTOR			
		46	Charge EAD, POR JEAN GALVÃO	

ESFORÇO COLETIVO



ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo do Estado
de São Paulo (FecomercioSP), entidade
gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

A crise que começou na esfera sanitária, contaminou os mercados e evidenciou, no Brasil, as fissuras na relação entre os Três Poderes, exige espírito de cooperação entre empresas e trabalhadores, Estado e sociedade. Só assim será amenizado o inegável impacto da pandemia do coronavírus na economia nacional.

Diante da velocidade dessa tormenta global, a FecomercioSP agiu com precisão propondo ao Poder Público medidas emergenciais de preservação da atividade econômica. Pleiteamos postergar compromissos tributários, flexibilização de regras trabalhistas e facilitação no acesso ao crédito. Ao viabilizar essas medidas, o Estado minimiza os efeitos da queda da renda em milhões de lares.

Com o isolamento social imposto pelo covid-19, a tecnologia saltou como alternativa ao prosseguimento parcial da vida cotidiana. Em casa, as pessoas estão trabalhando, estudando e cumprindo seus afazeres de maneira remota. Nesse sentido, esta edição de **Problemas Brasileiros** discute o alcance do ensino a distância, mais conhecido como EAD.

Fomos conhecer histórias de pessoas que mudaram o rumo de suas vidas por meio do conhecimento. Profissionais da área e estudantes, entrevistados pela reportagem, apontam os aspectos financeiro e de mobilidade como determinantes na escolha do curso online. O EAD exerce um papel importante de inclusão social, já que o número de alunos matriculados em cursos regulamentados, de todas as modalidades, nos moldes EAD saltou de 528,32 mil para 9,37 milhões entre 2009 e 2018, segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

Contudo, em torno do impacto dessa transformação educacional, cabe uma reflexão: esse “modelo digital” ainda não substitui por completo o papel do professor em sala de aula. Afinal, até que ponto a didática online supre a troca de ideias entre estudantes e professores? O caminho está, então, em incorporar as possibilidades abertas pela tecnologia à dinâmica do ensino.

Na contramão da evolução tecnológica, mostramos o fenômeno da desbancarização. Embora esteja em curso um processo de mudança no padrão de uso de serviços financeiros – em razão do avanço de soluções digitais e fintechs –, um em cada três brasileiros com mais de 16 anos ainda não tem conta em banco. Há, portanto, uma tarefa educativa e de conscientização desse público. Outros textos exclusivos sobre cultura, economia e política compõem as páginas deste número.

Neste momento de apreensão, são necessárias ações coordenadas entre os governos e a comunidade científica para que a normalidade se restabeleça. Nunca foi tão importante que cada um de nós cumpra a sua parte em benefício de todos.

ACESSO ILIMITADO

Há um ano e meio, a estudante Maithê Stellfeld de Oliveira Poloi sofreu um acidente de motocicleta e ficou com os movimentos da perna comprometidos.

Formada em Biologia e Pedagogia, ela queria fazer uma terceira faculdade, mas a falta de mobilidade comprometia o seu plano. O Ensino A Distância (EAD) viabilizou sua meta. Hoje, ela cursa o segundo trimestre de Análise de Sistemas na Faculdade COC, em Curitiba.

texto MARCUS LOPES

“

“Perdi 55% da movimentação do pé. Isso dificulta bastante subir escadas, correr ou mesmo andar muito”, conta Maithê. A possibilidade de se graduar no ensino superior sem sair de casa resolveu a situação dela e de outros milhões de brasileiros que, pelas mais variadas razões, optam pelo EAD. Essa modalidade exibe ritmo de crescimento forte: segundo a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), em menos de cinco anos, o número de novos “alunos online” nas faculdades privadas será superior ao de ingressantes nos cursos presenciais.

Motivos sobram. Acesso fácil, em qualquer hora e lugar, horários de aulas flexíveis para todas as demandas do cotidiano do aluno e mensalidades que podem custar menos da metade de um curso tradicional.

Tantas vantagens conferem ao EAD um forte perfil inclusivo. “Em censos anteriores, constatamos que há, proporcionalmente, mais mulheres cursando do que homens, o que revela uma ampliação de acesso por gênero. Também foi percebido que a presença de negros e pardos é maior do que a média [nos cursos presenciais], apesar de ainda não corresponder ao nosso padrão populacional. Ou seja, o EAD também amplia o acesso à educação na questão racial”, ressalta a coordenadora do CensoEAD.BR 2018, da Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed), Betina Von Staa.

A gestora destaca também a maior acessibilidade de pessoas com algum tipo de deficiência física. Isso porque o des-

locamento físico para assistir às aulas é reduzido ou mesmo inexistente.

Pesquisa feita pela Abmes mostra que, caso seja mantida a tendência de crescimento, em 2023 haverá 2.276.774 matrículas novas em EAD nas faculdades particulares. Isso corresponde a 51% dos novos alunos. No mesmo ano, os cursos presenciais das mesmas instituições devem receber 1.993.319 ingressantes.

As projeções da Abmes têm como base os números do Censo da Educação Superior, realizado todos os anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

“Sem a necessidade do uso de instalações físicas, as instituições conseguem reduzir de maneira significativa o custo do curso. Além disso, o estudante também economiza com despesas como transporte e alimentação”, diz o diretor-executivo da Abmes, Sólton Caldas. “Dessa maneira, um curso mais acessível, que garanta exatamente o mesmo conteúdo e formação, tem atraído cada vez mais os ingressantes na educação superior”, acrescenta o executivo da entidade, que também cita outros fatores, como a distância do endereço do aluno não ser um motivo para impedi-lo de estudar. “Há muitos casos em que o estudante reside em áreas rurais ou pequenos municípios onde não existe oferta de ensino presencial.”

Esse era o grande problema para Simone Pereira Silveira e sua irmã, Sirlaine Pereira, voltarem à sala de aula. “Sempre gostei de estudar, mas, infelizmente, não pude concluir [a *graduação*] no passado. Estou muito empolgada e feliz com essa oportunidade”, afirma Simone, que cursa Administração de Empresas na Faculdade COC, assim como Sirlaine. Agora, as alunas não precisam sair do sítio onde moram, na zona rural de Florianópolis cuja localização dificultava a frequência em uma escola na cidade.

O filho de Simone, o auxiliar contábil Ayres Alexandre Pereira Masutti, também aderiu. “Fiz duas fases presenciais de Ciências Contábeis, mas assim que meu filho nasceu, ficou um pouco corrido. Agora, voltei a estudar”, conta ele, que é aluno no mesmo polo que a mãe. “Só há vantagens no ensino a distância, pois consigo adaptar meu tempo de estudo em casa ao trabalho e ainda posso auxiliar nas tarefas domésticas.”

“A educação a distância está permitindo um grande contingente de alunos – que, de outra forma, estariam excluídos da educação superior – se graduar”, explica o matemático e especialista em administração escolar Claudio Possani.

ALTA EXPONENCIAL

Os cursos de graduação EAD cresceram 50% em um ano, passando de 2.108, em 2017, para 3.177, em 2018. A conta inclui os oferecidos por universidades públicas e particulares.

Entre os motivos para a forte expansão está o Decreto n.º 9.057, assinado em 2017, pelo então presidente Michel Temer, que autoriza entidades privadas de ensino superior a atuar apenas com educação a distância. O governo federal

“NADA SUPERA A RELAÇÃO PRESENCIAL PROFESSOR-ALUNO. ISSO NÃO SIGNIFICA QUE NÃO SE POSSA APRENDER NO OUTRO FORMATO [EAD], ISSO SE TODOS COMPREENDEREM AS DIFERENÇAS E CONSEGUIREM OBTER A MELHOR PERFORMANCE.”

JAMIR KINOSHITA, professor universitário e doutorando em Ciências da Comunicação pela ECA-USP

também tornou mais flexível a abertura de polos de ensino. Antes, o MEC precisava visitar cada uma das unidades. Após o decreto, a avaliação dos cursos pode se restringir à sede da instituição que os oferece.

Segundo dados da Abed, os últimos dez anos foram marcados pela explosão no número de alunos EAD. Em 2009, havia 528,32 mil matriculados em cursos regulamentados totalmente a distância, semipresenciais, corporativos e livres, em todo o País. Em 2018, esse número chegou a 9,37 milhões de estudantes.

A questão financeira é outro obstáculo que a modalidade dribla, segundo o pró-reitor de educação a distância do Centro Universitário UniDomBosco (Grupo SEB), Daniel Silva: “Antes, o ensino superior estava restrito a uma pequena parcela da população brasileira, de classe social elevada e maior poder aquisitivo. Hoje, temos cursos de graduação a partir de R\$ 99 mensais, o que permite grande parte da população, que antes não tinha condições financeiras, a ingressar na universidade”.

Dono de academia de ginástica, o empresário Petterson Silva avalia o tempo que ganha ao não precisar se deslocar de Embu das Artes, na Grande São Paulo, onde mora e trabalha, até a capital paulista, para assistir as aulas de Gestão Empresarial e Marketing na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

“Fiquei surpreso com o bom conteúdo oferecido e os benefícios que já tive para melhorar o desempenho da minha em-

presa”, diz Silva, estreado no aprendizado online. Segundo ele, o sucesso depende muito da disciplina do aluno: “As aulas ao vivo e com participação do aluno e do professor fazem com que eu me comprometa”.

TRABALHO DOBRADO

Ministrar boas aulas está longe de ser tarefa fácil. E, via internet, as dificuldades aumentam porque o professor tem de se desdobrar mais para manter a atenção do aluno. “Gasto duas vezes mais energia em uma aula a distância do que na presencial”, afirma o consultor e professor de Marketing da ESPM Dino Gueno. “É necessário que a aula seja mais energizada, mais legal de ser acompanhada. Não é entretenimento, é uma maneira de evitar que o aluno se distraia por causa de questões como o trânsito, a televisão em casa, a internet, etc.”

Ele admite as vantagens da modalidade, mas acredita que o sucesso de qualquer curso com esse perfil depende de fatores como conveniência de horários para o aluno, conteúdo atualizado e ferramentas tecnológicas adequadas, para que possa ser assistido em celulares, por exemplo, em qualquer local com acesso à internet.

Dispositivos que facilitem o acesso às aulas foram fundamentais para que o jornalista com MBA em Economia Rodrigo Garcia da Silva, de São Paulo (SP), tenha experimentado a novidade, com aulas de escrita criativa. “Como trabalho na frente do computador, aproveito os momentos de folga para fazer

“AS INSTITUIÇÕES CONSEGUEM REDUZIR DE MANEIRA SIGNIFICATIVA O CUSTO DO CURSO. O ESTUDANTE TAMBÉM ECONOMIZA COM OUTRAS DESPESAS, COMO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO.”

SÓLON CALDAS, diretor-executivo da Abmes

o curso”, diz Silva, para quem a praticidade é o maior atrativo. “Uma desvantagem é a falta de interação presencial com colegas e professores.”

“Montar a estrutura necessária para o bom funcionamento de um curso nessa modalidade é trabalhoso, caro e demanda tempo. Contudo, uma vez instalada, permite atender um número expressivo de alunos”, destaca Possani, que é professor do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (USP) e professor colaborador da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp): “Em comparação com a educação tradicional, há uma mudança de escala na quantidade de alunos que podem ser atendidos”.

TELECURSOS

“Na década de 1970, o Brasil era um dos três ou quatro países mais importantes do mundo em educação a distância”, afirma o presidente da Abed, Fredric Michael Litto.

Ele se refere aos antigos telecurtos e cursos por correspondência, que enviavam o material pelos Correios, em um processo que poderia durar semanas para o aluno receber uma apostila, principalmente se morasse em regiões de difícil acesso. Em algumas cidades pequenas, segundo ele, era comum a instalação de uma TV na praça central para todos assistirem às aulas: “É preciso lembrar que, naquela época, muita gente não tinha nem televisão”.

LACUNAS

Apesar das vantagens e da tendência de crescimento continuar nos próximos anos, o EAD ain-

da provoca ressalvas e divide os especialistas. As principais dúvidas se referem aos métodos de avaliação dos alunos e à eficácia das aulas.

“Por mais que se questione, o fato é que nada supera a relação presencial professor-aluno. Isso não significa que não se possa ensinar e aprender no outro formato, isso se todos compreendem as diferenças e conseguirem obter a melhor performance no EAD”, afirma o doutorando em Ciências da Comunicação pela USP, pesquisador do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) da USP e professor da Faculdade de São Paulo/Uniesp, o professor universitário Jamir Kinoshita.

Em dezembro de 2019, a Portaria n.º 2.117, do Ministério da Educação, provocou reações de entidades de classes. A lei permite às universidades públicas e particulares oferecerem cursos de graduação com até 40% da carga horária a distância, com exceção apenas de Medicina. O limite anterior era 20%. O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) criticou a medida e entrou com ação na justiça para impedir a mudança.

“Na prática, os efeitos da portaria irão impactar na formação de todos os profissionais da saúde. A decisão do MEC repercutirá diretamente na qualidade do ensino em Enfermagem e, conseqüentemente, afetará toda a população”, afirmou a entidade, em nota, e acrescentou: “Mesmo o estudante que passa cinco anos em um curso de Enfermagem presencial ainda encontra dificuldade na atuação em políticas como as de atenção primária à saúde, pois os egressos das universidades nem sempre estão preparados para atuar no cuidado a famílias e comunidades, em territórios de práticas que exigem uma diversidade de conhecimentos.”

Em nota enviada a **Problemas Brasileiros**, a assessoria de imprensa do Ministério da Educação

EAD EM EXPANSÃO

50% foi o crescimento da graduação entre 2017 e 2018

27% foi a expansão do EAD (todas as modalidades) versus 0,5% de expansão do ensino presencial (2017 e 2018)

9,37 milhões de estudantes matriculados em 2018 (todas as modalidades)

Mensalidade de algumas graduações a distância chega a ser R\$ 99

60% dos alunos de Pedagogia e Licenciaturas optam pela modalidade em 2017

Fontes: Ministério da Educação, Abed, Grupo SEB e ONG Todos pela Educação

explica como é exercido o controle do governo sobre os cursos a distância: “A função regulatória do ensino superior, exercida pelo Ministério da Educação, é constitucionalmente estabelecida pelo artigo 209 da Constituição Federal. Tal competência é disposta também no artigo 7º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a estruturação do poder público em torno de um tripé de funções: regulação, avaliação e supervisão, conforme fica o Decreto n.º 9.235”.

As normas para a educação a distância foram estabelecidas pela Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB) –, aprovada em 1996. Ela estabelece que a educação a distância deve ser oferecida apenas por instituições especificamente credenciadas pela União, que tem o dever de regulamentar os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas.

“O MEC fiscaliza do mesmo jeito que as demais [presenciais]. Os alunos fazem o Enade [Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes], há visitas de comissões quando necessário, etc. As instituições estaduais têm credenciamento para ensino a distância com o MEC e são fiscalizadas pelo Conselho Estadual da Educação, conforme ordena a LDB”, detalha Possani.

Ele explica que, até 2019, as provas aplicadas aos alunos tinham de ser presenciais, e as instituições cumpriam a regra: “Agora, a normatização mudou, e as provas presenciais não serão mais obrigatórias. As instituições ainda estão se adaptando”.

PROFESSORES

Os cursos de graduação mais procurados em EAD são os da área de humanas, em especial Pedagogia e Administração de Empresas.

Levantamento da Organização Não Governamental (ONG) Todos Pela Educação mostra que 60% dos alunos que começaram cursos de graduação para a formação de professores (Pedagogia e Licenciaturas), em 2017, ingressaram em cursos a distância. Segundo estudo da entidade, futuros professores formados em cursos a distância têm desempenho acadêmico pior do que aqueles que assistiram às aulas presenciais.

Análise da ONG aponta que, entre os alunos de EAD, 75% estão abaixo da pontuação 50 do Enade, em uma escala 0 a 100. O percentual é de 65% em relação aos formandos em cursos presenciais. A pesquisa utilizou informações

do Censo de Educação Superior, Enade, Inep e Ministério da Educação.

A entidade destaca que, em países como o Chile, a formação do docente é exclusivamente presencial. Nos Estados Unidos, na Austrália e no Canadá, a formação pode ser feita a distância, mas o percentual de matrículas em EAD é bem inferior ao do Brasil. Na Austrália, que apresenta os maiores índices mundiais de alunos EAD em cursos para formação de professores, o percentual de estudantes não passa de 25%.

“O professor é o profissional mais importante para os desenvolvimentos social e econômico do País, pois é determinante para a qualidade da educação. É preocupante a presença exagerada de EAD nessa formação, que demanda constante articulação entre a teoria e os desafios práticos do cotidiano escolar”, destaca a presidente-executiva do Todos Pela Educação, Priscila Cruz. “Há espaço para apoio da tecnologia, mas não da forma como estamos fazendo, criando uma verdadeira indústria de cursos online para baratear os custos de formação”.

O presidente da Abed, Fredric Litto, explica que o ensino a distância não deve ser visto apenas como um substituto do presencial, mas como segmento com características específicas para uma parcela da população que pretende estudar – ou retornar aos estudos: “O EAD não é para todo mundo. É necessário que o estudante esteja altamente motivado e seja disciplinado”.

Em relação às avaliações, ele lembra que a maior parte dos cursos oferecidos de graduação não é totalmente a distância, mas híbrida – parte a distância e parte presencial, sem prejuízo ao conhecimento e à avaliação do aluno. “Sempre haverá as partes prática e presencial que são necessárias, como o contato direto com os pacientes, no caso do curso de Medicina”, explica Litto. “Mas a parte teórica pode ser totalmente a distância”, completa. Apesar de muitas faculdades adotarem atividades presenciais independente do curso, o MEC permite cursos totalmente remotos.

Sobre as provas, o executivo da Abed afirma que a tecnologia permite bom controle. Como exemplo, cita aquelas feitas online, com câmeras instaladas no computador do aluno, que viabilizam a fiscalização ao vivo durante o exame: “A tecnologia nos dá mecanismos para coibir plágios e fraudes”.



TECNOLOGIA E PROFESSOR: MISSÕES DISTINTAS

Já não é novidade que, para o desenvolvimento de uma nação nos campos econômico, social ou político, um aspecto é imprescindível: educação de qualidade para todos. Outro consenso é que não existe uma solução única, uma peça que, se encontrada e encaixada, resolveria o quebra-cabeça presente na educação. Mesmo assim, uma posição é fundamental quando pensamos em eficácia educacional, por seu grande impacto na aprendizagem: o professor. Você já perguntou para um aluno a matéria preferida dele, ou aquela em que ele tem melhor desempenho? Muito provavelmente a resposta não vai mostrar só o nome da disciplina, mas lá estará, indissociável, o professor: “Em Ciências, o professor João é muito legal”. Esse resultado aparece também em pesquisas. Na explicação do desempenho de alunos da rede municipal de São Paulo, o efeito do professor ultrapassa o de fazer parte de uma escola específica, por exemplo.

No entanto, a importância deste profissional não é vista na prática no Brasil – que, hoje, ocupa a última posição em ranking global de status da profissão. Portanto, se queremos falar de melhoria na área e, consequentemente, de desenvolvimento do País, precisamos dialogar sobre a necessidade de atrairmos e formarmos excelentes educadores. Afinal, como deveríamos estimular os profissionais mais importantes para a formação de todos os nossos outros profissionais? Pode a tecnologia e o ensino a distância substituírem o professor? É possível atrair mais talentos para a profissão?

Em relação à formação, a literatura aponta para caminhos diversos, mas há alguns aspectos mais consolidados, entre os quais destacamos: a ligação entre a prática e a realidade

desde o início. Assim como é fundamental que para que os nossos alunos aprendam, o ensino seja contextualizado; para que os nossos alunos-professores aprendam, o mesmo fator é verdadeiro. A conexão com a prática, desde a fase inicial da formação do educador, é fundamental para que ele continue exercendo um papel protagonista com a inserção, cada vez mais comum, da tecnologia na sala de aula – afinal, ser um mediador da aprendizagem é um papel que não se aprende apenas com teoria. Só assim conseguiremos não criar embates entre o presencial e o tecnológico, mas vê-los como complementares. Nenhuma tecnologia substitui o professor, simplesmente porque a tecnologia e o professor têm funções distintas na sala de aula e no processo de aprendizagem.

Por fim, uma boa formação também é um elemento-chave para garantir, junto a outras políticas de valorização, maior atratividade da carreira docente – atualmente, cerca de 2% dos alunos de 15 anos afirmam querer ser professor (enquanto 20% querem ser engenheiros). No Ensinar Brasil, temos um programa de desenvolvimento de lideranças que mediante um rigoroso processo, seleciona e desenvolve jovens talentos para se tornarem professores (por pelo menos dois anos) e futuras lideranças para a educação. Com uma proposta que combina propósito e formação, ano passado atraímos 18 mil candidatos para apenas 150 vagas, uma relação candidato/vaga maior do que Medicina na Universidade de São Paulo (USP). Com aspectos práticos de valorização, a profissão do professor tem um enorme potencial de responder aos grandes anseios de carreira dos jovens: desenvolvimento e vislumbrar uma missão maior no que se faz.

Não existe quebra-cabeça de uma peça só, e na área da educação não é diferente. Atrair e formar professores excelentes, por si só, não é suficiente. Porém, se não o fizermos, não daremos os primeiros passos para assegurar que todos tenham uma educação de qualidade.



ERICA BUTOW
CEO e cofundadora
do Ensinar Brasil

&

OS DADOS DOS SEUS CLIENTES PODEM SER UM PROBLEMA PARA VOCÊ?

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) vai mudar completamente a coleta, a utilização, o registro e o armazenamento de dados na sua empresa. Você precisa estar preparado para atender a:

- exigências jurídicas;
- requisitos técnicos;
- medidas específicas de segurança;
- adoção de boas práticas;
- contratação de serviços e profissionais.

Até porque as punições são rigorosas e as multas podem ser de até 2% do seu faturamento.

Quer evitar prejuízos e ficar por dentro da nova lei? Nossos especialistas produziram um e-book e um vídeo gratuitos com tudo o que você precisa saber: definições, dicas, explicações e um checklist exclusivo.

**USE INFORMAÇÃO DE QUALIDADE,
PREPARE-SE COM SEGURANÇA
E SE PREVINA CONTRA PROBLEMAS!**

**ACESSE LAB.FECOMERCIO.COM.BR E
GARANTA O SEU EXEMPLAR GRATUITO.**

FECOMERCIO^{SP} LAB

INDEPENDÊNCIA DO BACEN: GARANTIA DE ESTABILIDADE

E Em discussão desde 2018, a questão da independência do Banco Central (Bacen) é essencial para o ambiente de negócios brasileiro por várias razões. Isso porque o Bacen é independente em partes. Há uma separação entre as independências operacional e política. Com exceção de pontos específicos adotados durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, o Banco Central tem apresentado independência operacional. Ou seja, não existe interferência do governo na política monetária ou pressão para aumento ou baixa de juros de forma irresponsável – sem que se tenha a defesa da estabilidade de preços como objetivo central.



ANDRÉ LUIZ
SACCONATO

é assessor
econômico
da FecomercioSP

Então por que é importante que o projeto que trata dessa questão seja aprovado pelo Congresso Nacional? Para se conquistar independência política. Os textos em tramitação (PLP n.º 19/2019 e PLP n.º 112/2019, este último de autoria do Executivo) sugerem que o presidente da República continue escolhendo o presidente do Bacen, mas com uma mudança importante: o mandato é fixo, de quatro anos, podendo ser reeleito mais uma vez e sem coincidir com o mandato do presidente que o indicou. Além disso, o presidente do banco deixa de ter status de ministro, mas deixa o organograma do governo com proteção judicial pessoal necessária dessa função.

E como essa questão influencia o dia a dia da sociedade? Para responder a essa pergunta, é necessário voltar a 1999, quando foi criado o regime de metas de inflação. O Brasil era um país altamente inseguro para investimentos por ter um histórico de altas taxas de inflação – compo-

nente que corrói o principal ativo da economia: a moeda. Sem a referência desta, investimentos de longo prazo são inviabilizados, influenciando negativamente as gerações de produtos, renda e emprego. O Plano Real, em 1994, reverteu essa tendência, mas sozinho, ainda não era suficiente para recuperar a confiança em uma inflação mais controlada no longo prazo. Para isso, o sistema veio para definir qual seria a meta de inflação do ano seguinte, e caso não conseguisse atingir, os motivos teriam de ser justificados.

Esse sistema foi importante na consolidação da estabilidade pois diz respeito à variável decisiva da economia moderna: expectativas. Imagine um empresário estrangeiro interessado em investir no País em um horizonte de 30 anos, em dólar. Se a inflação em reais for maior que o lucro dele, mesmo que este seja alto, sairá com prejuízo, considerando que a inflação em dólar seja muito pequena. Um país sem previsão de inflação estável só capta dinheiro de curto prazo, volátil e com pouco poder de criar renda e emprego.

E para garantir que o sistema de metas funcione, ele carece de um guardião livre de pressões políticas nocivas relacionadas à inflação. Ressalte-se ainda que, por mais que se tenha independência operacional, nesse caso, é salutar que o presidente não possa demitir o presidente do Banco Central por fazer o que deve ser feito.

Em épocas de reformas estruturais, de intenção de se integrar à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico (OCDE), essa independência é um passo decisivo na direção correta. A nova crise internacional que se descortinou demanda transparência e comprometimento das autoridades. De todo modo, é essencial lembrar que a independência do Bacen por si só não garante que investimentos venham para o Brasil, mas estabelece as bases para que, quando as reformas Administrativa e Tributária forem consolidadas, tenhamos o crescimento sustentável que o País tanto almeja.

&

Live University

MBA | Pós-Graduação

Aulas **100% práticas**, formação especializada com **método de ensino único**. **Vivencie o novo e descubra que estudar pode ser divertido!**

INSCRIÇÕES ABERTAS!

- Fiscal e Tributário
- TI e Transformação Digital
- Recursos Humanos
- Supply Chain e Compras
- Inteligência de Mercado
- Inteligência Comercial

 live university
Enjoy Your Moves



JULIANA PENTAGNA GUIMARÃES

A diretora-executiva do banco digital BS2, Juliana Guimarães, fala sobre a modernização do mercado financeiro no Brasil e por que a tecnologia está diretamente ligada à eficiência na prestação de serviços bancários. No ramo há mais de 20 anos, ela explica como a transformação digital modificou a relação entre bancos e consumidores.

entrevista JAIME SPITZCOVSKY | fotos CHRISTIAN PARENTE

O reposicionamento do antigo Banco Bonsucesso, como ficou conhecido por mais de duas décadas, vai muito além da mudança de sua marca. Desde 2017, a instituição, que adotou o nome “BS2”, tem revolucionado a maneira que se relaciona com seus clientes e vice-versa.

Por meio de uma atuação totalmente digital, embora disponha de outros tipos de canais de atendimento, o BS2 reuniu, em uma única plataforma, serviços e soluções que atendem, de ponta a ponta, às necessidades de pessoas físicas e jurídicas quando o assunto é administração financeira.

No primeiro caso, a educação financeira é considerada ponto crucial – na oferta de crédito ou qualquer outro serviço bancário. Mas como conquistar a confiança do cliente já acostumado a efetuar suas transações bancárias nos moldes das agências tradicionais? No segundo, as micros e as pequenas empresas – mais de 90% da classe empresarial

no País – ganham tratamento diferenciado ao contar com uma assessoria que simplifica trâmites obrigatórios e oferece alternativas viáveis para cada tipo de negócio.

Entre as inovações oferecidas, está a conta internacional BS2, na qual operações com moedas diferentes – que, antes, representavam um alto custo financeiro ao cliente – podem ser efetuadas por meio de apenas alguns cliques.

A entrevistada cita dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) sobre o comportamento do brasileiro no quesito “poupança”. Mesmo com o PIB acima de muitos outros países, estamos entre os que menos conseguem poupar.

Confira a entrevista concedida ao canal UM BRASIL publicada pela revista **Problemas Brasileiros**, ambas iniciativas da FecomercioSP.

Qual sua leitura sobre o intenso movimento dos bancos digitais, no Brasil e no mundo, e qual o seu impacto para a sociedade brasileira?

O digital veio para ficar. Hoje, nós consumimos, de forma digital, música, produtos e serviços; pedimos um carro pelo aplicativo... Isso trouxe muitas coisas boas, como economia de tempo e praticidade. Por que não chegar à vida financeira das pessoas? A instituição “banco” nunca foi benquista. Em linhas gerais, os bancos não são instituições queridas porque trabalham, muitas vezes, com morosidade, filas e tarifas (nem sempre tão transparentes). Vivemos a era da experiência, e a tecnologia vem para aprimorar essa experiência. O primeiro paradigma que quebramos é o de que a experiência digital é muito positiva, porém, quando ela não funciona – porque, às vezes, pode não funcionar –, precisamos ter o lado humano, e nós focamos esse lado, mesmo sendo uma instituição 100% digital. Ao mesmo tempo, ter o banco no seu bolso é muito conveniente, porque as pessoas não precisam mais de um banco, mas de serviços bancários: pagar, receber, fazer um investimento, contratar crédito, etc. Poder fazer tudo isso na palma da sua mão é muito positivo. Trata-se de uma tendência não só sob aspecto do mercado financeiro, mas de uma forma geral, comportamental.

Qual o maior desafio, no Brasil, para a regulamentação do Open Banking?

O Banco Central tem tido uma postura pró-negócio e incentivadora para um ambiente competitivo mais igualitário. O sistema financeiro brasileiro, se comparado a outros no mundo, é muito desenvolvido. O número de instituições e iniciativas – bancos, instituições de pagamento, sociedades de crédito, etc. – vem crescendo, acompanhando uma tendência mundial. O grande desafio que nós temos ainda é cultural. É no banco que está o seu dinheiro, isso é um negócio sensível. À medida que as pessoas adquirirem confiança e perceberem que esse modelo funciona bem e custa mais barato, será um caminho sem volta. Mas precisamos passar por essa curva

educacional até que todos tenham essa confiança. Por meio de uma oferta digital, os clientes têm praticamente tudo sem ter que ir a uma agência bancária.

Você mencionou as questões cultural e educacional. Como fazer educação financeira em um país como o Brasil?

É desafiador. É um tema que vem merecendo cada vez mais atenção e está sendo discutido em diversos fóruns, com grandes chances de entrar como grade curricular. A Anbima [Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais] tem uma pesquisa interessantíssima, feita há cerca de dois anos para entender o comportamento do brasileiro: por que o brasileiro poupa tão pouco? O Brasil possui um dos menores índices de poupança do mundo. Quando você faz essa pergunta a alguém, em linhas gerais, a primeira resposta que vem à cabeça é: “Poupo pouco porque ganho pouco”; ou, então, “Não poupo porque ganho pouco”. Se formos um pouco mais a fundo, isso não é exatamente verdade, porque em países cujo PIB é menor do que o brasileiro, ou seja, a riqueza gerada é menor, o nível de poupança é maior.

Como você analisa esse resultado?

Então, não é exatamente porque as pessoas ganham pouco, mas porque estão poupando pouco. Aprofundando um pouco mais, a pesquisa chegou à conclusão de que as pessoas poupam pouco no Brasil porque os agentes financeiros se comunicam de forma pouco sedutora, educativa e que não toca as pessoas ao ponto de despertá-las para a importância dessa prática. O resultado dessa pesquisa, e que norteou a construção de nossas ofertas de assessoria e investimentos, foi de que o ser humano tem perfis comportamentais diferentes. Isso independe de renda, classe social, gênero ou questões demográficas. O ser humano é motivado por diferentes estímulos. Precisamos saber nos comunicar com cada pessoa por meio daquilo que realmente a desperte para o assunto. Como se faz isso no mundo digital? No ecossistema de soluções BS2, tentamos entender o comportamento do



À medida que que as pessoas adquirirem confiança e perceberem que esse modelo funciona bem e custa mais barato, será um caminho sem volta.

cliente no aplicativo. Se ele navega por várias vezes em uma página de investimentos, mas nunca fez um investimento, vamos entrar em contato com ele para entender o porquê. Ele está interessado, mas algo ainda não o motivou a tomar uma decisão. Teremos uma funcionalidade em nosso aplicativo na qual a pessoa controla uma meta, porém, trata-se de uma meta de vida, e não necessariamente uma meta de poupança.

Para a pessoa jurídica também existe essa demanda? Ela é diferente?

Costumamos dizer que por trás de um CNPJ tem sempre um CPF, ou vários. Então, também estamos falando com pessoas físicas. O maior foco da nossa oferta são pessoas jurídicas, porque isso é algo que não vemos ninguém fazer no mercado, não da forma que acreditamos que deva ser essa experiência. Estamos falando em ter transparência, soluções integradas, conectadas em um mesmo ambiente... Esse público tem uma carência muito maior com relação ao segmento bancário do que as pessoas físicas. Existem algumas iniciativas consolidadas, como a do BS2, para pessoas físicas no mundo digital. Para pessoa jurídica, isso é menos explorado e nós enxergamos um potencial ainda maior. Na nossa jornada de pessoas jurídicas, construímos uma plataforma web, a empresas.bs2.com, na qual é possível contratar soluções, de maneira totalmente transparente, e ter uma visão consolidada dessas soluções refletidas na sua conta.

Como a revolução digital melhora o ambiente de negócios para pequenas e médias empresas brasileiras?

Substancialmente. Elas conseguem ter uma oferta melhor e mais simples. Estamos falando de 90% das empresas no Brasil, que, muitas vezes, não têm estrutura grande em sua contabilidade e precisam dessas soluções. É uma forma de estimular o empreendedorismo e vencer as dificuldades, por exemplo, de uma pessoa que era CLT, mas foi montar uma empresa e teve que lidar com todas essas formalidades. Conseguimos combinar soluções numa plataforma que endereça to-

dos os pontos que um negócio precisa. Para uma empresa que não tem histórico de balanço, abrir uma simples conta-corrente em um banco convencional é uma dificuldade enorme. Pode demorar duas, três semanas. São muitas tarifas só para que ela tenha um serviço de conta-corrente. Nosso olhar é diferente. Criamos formas de essas empresas terem uma conta no BS2, mas irem um pouco além disso. A conta é uma das coisas que uma empresa precisa. Ela precisa de banking, não de um banco que só provê uma conta-corrente. Na medida em que conseguimos colocar todas essas soluções de forma integrada com a conta dela, a empresa tem suas necessidades atendidas. Conseguimos, por exemplo, ser mais assertivos na oferta de crédito, pois estamos enxergando fluxo financeiro, faturamento, boletos recebidos, etc. Quando é possível conhecer melhor o cliente com base no que ele transaciona, também pode-se ser mais assertivo na oferta de crédito e mais parceiro dessa empresa.

Como observadora da economia brasileira, o que o País precisa para finalmente retornar a um ciclo sustentável de crescimento?

Certa vez, assisti a uma palestra de Henrique Meirelles [ex-ministro da Fazenda], e ele fez o seguinte comentário: “O problema do Brasil é muito simples, mas não fácil”. Talvez o que precisemos fazer sejam três ou quatro coisas simples, mas extremamente difíceis. O Brasil precisa se desburocratizar e passar mais seriedade em seus contratos, como um país que realmente cumpre aquilo que é estabelecido. Segurança jurídica e desburocratização dos processos. Isso é benéfico para todo mundo.

O Brasil é muito fechado do ponto de vista econômico. Vocês têm um produto interessante que é a conta em dólares. Fale um pouco sobre como o País deve se inserir nos fluxos internacionais de capitais.

Não temos como mudar as leis do mercado de câmbio, mas fomos além e começamos a construir uma jornada. Por que é tão difícil ter uma conta fora do Brasil? Por que tem de



”

Por meio de uma oferta digital, clientes têm praticamente tudo sem ter que ir a uma agência bancária.

ser tão caro para o brasileiro gastar no exterior e pagar com o cartão de crédito? Foram dois anos de trabalho até termos o produto em operação. Ele foi lançado há três meses e já temos 50 mil contas abertas. Algo realmente demandado e que comprovou que estávamos na direção certa. O cliente tem uma conta no BS2 internacional e tem uma conta doméstica no BS2. É uma transferência de bolsos, entre moedas. Se sou cliente BS2 e meu dinheiro está aqui, consigo de forma instantânea tirar um dinheiro que está no meu bolso de reais e passar para o bolso em dólares. Sem infringir normas, conseguimos revolucionar uma experiência que antes era morosa, burocrática. Até o fim do semestre, essa conta se tornará uma conta sem fronteiras, aonde quer que vá, poderá carregar o banco com você.

Vocês patrocinaram o Flamengo.

Como foi a tomada de decisão e qual o resultado dessa experiência?

Éramos uma marca nova. O [banco] Bonsucesso era relativamente conhecido, um banco médio, de nicho, mas de 25 anos. E nós vínhamos como uma proposta nova e precisávamos contar para as pessoas que tínhamos chegado. Com a entrada do governo Bolsonaro e a retirada de boa parte dos times de futebol da Caixa Econômica Federal, que era o grande

patrocinador, vimos uma oportunidade de estruturar uma parceria em um molde um pouco diferente, que tivesse um componente de rentabilidade fixo, e outro, variável, para que construíssemos, juntos, esse valor. O Flamengo é uma marca que fala de forma bem próxima com 40 milhões de fãs, então, não restam dúvidas da repercussão que tivemos. O desafio que ainda existe é: “Não basta saber que o BS2 existe, tem que saber em que o BS2 pode te ajudar”.

Quais são as suas expectativas para 2020?

O ano começou com uma agenda consistente. Existem alguns riscos, mas nossa visão é de que há um cenário mais positivo do que negativo, ou seja, temos tudo para entrar em um ciclo de crescimento sustentável e recorrente. Quando isso acontecer, espero que o Brasil seja reconhecido tanto pelas agências de classificação de risco quanto pela comunidade de investidores internacional. O fluxo de recursos para o Brasil deve ser positivo e esperamos um ano de crescimento. Para o BS2, não é diferente. Já fizemos boa parte do trabalho árduo e, agora, estamos em um ano de escalada. Até 2019, tivemos muito mais construção do que qualquer outra coisa e agora, é o momento de começar a colher esses frutos, de realmente escalar as nossas soluções, uma vez que estamos mais completos.

Qual a sua leitura sobre o Brasil? Quem somos nós, o Brasil?

É um país que desenvolve cada vez mais austeridade para tratar das coisas que precisam de atenção. Somos um país em transformação e amadurecimento. Cada vez menos o “jeitinho brasileiro” e cada vez mais “uma forma correta de se fazer as coisas.

Uma realização da FecomercioSP, UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

ASSISTA A ENTREVISTA
POR MEIO DO CÓDIGO QR



&

REPRESENTATIVIDADE EM PROL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) atua por medidas de proteção aos setores de comércio de bens, serviços e turismo

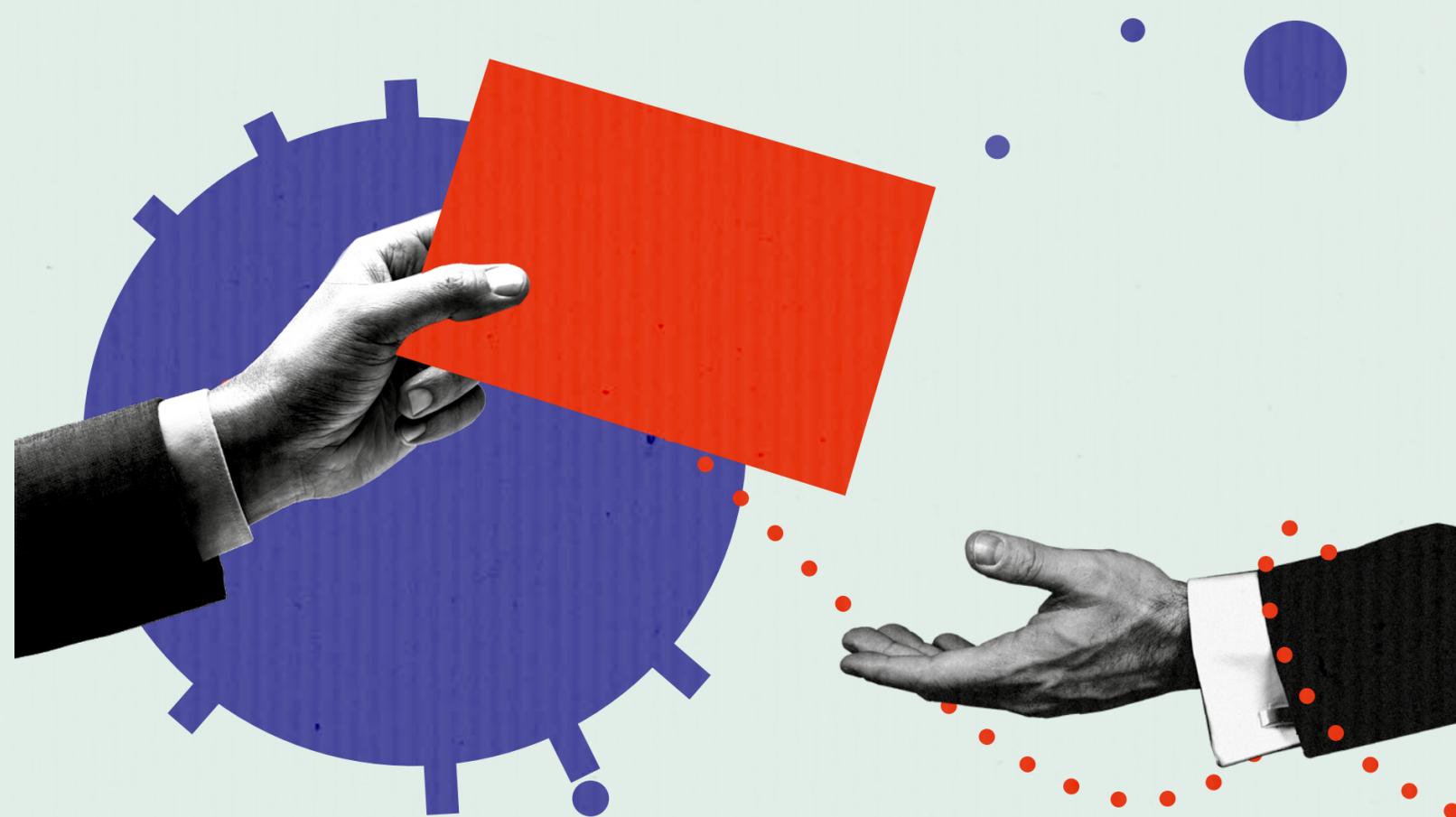
Para minimizar o impacto da crise econômica desencadeada pelo coronavírus, a FecomercioSP apresentou ao Poder Público ações de preservação das atividades empresariais representadas por ela.

Na esfera tributária, sugeriu ao governo federal a prorrogação do prazo para pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional – pleito atendido pelo Poder Executivo. Além disso, a proposta de suspensão, pelo prazo de seis meses, da cobrança de parcelas de dívidas tributárias, sem a imposição de multas, juros e correção monetária foi estendida aos governos estadual e municipal.

Ao Estado de São Paulo, a FecomercioSP solicitou o prolongamento do prazo de pagamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e a criação de um parcelamento especial. Outra medida foi a isenção de pagamento do ICMS incidente sobre gêneros alimentícios, materiais de limpeza necessários para a prevenção da doença e produtos e equipamentos médicos, hospitalares e medicamentos. Na capital, os focos foram o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços (ISS) cobrados das empresas optantes pelo Simples Nacional (quota municipal). Foi pedida a extensão do prazo de pagamento e a instituição de um parcelamento para os montantes oriundos dessa ação.

CAPITAL DE GIRO

A facilitação do acesso ao crédito também integrou a pauta de reivindicações. A Entidade sugeriu a criação de linhas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal em condições diferenciadas para bares, restaurantes e hotéis e para as micros e as pequenas empresas enquadradas no regime do Simples Nacional. Em relação à Desenvolve SP e ao Banco do Povo, instituições paulistas de fomento ao empreendedorismo, foram solicitadas a redução da taxa de juros a capital de giro para 1% ao mês; o aumento do prazo de financiamento para 48 meses e carência de um ano e o mesmo prazo ao crédito para projetos de investimentos; a extensão do prazo de pagamento dos microcréditos para 48 meses e a elevação da concessão de crédito sem avalista para R\$ 5 mil.



MAIS FLEXIBILIDADE

Com o objetivo de preservar o mercado de trabalho, foram solicitadas ao governo federal a dispensa temporária de comunicação à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho para a concessão de férias coletivas e, ainda, a não necessidade de comunicação prévia de 30 dias ao empregado para concessão de férias individuais. Além disso, a extensão do pagamento do seguro-desemprego para desligamentos ocorridos entre março e agosto deste ano para seis parcelas e a dispensa da necessidade de realização de cursos de qualificação para resgate do benefício.

COOPERAÇÃO

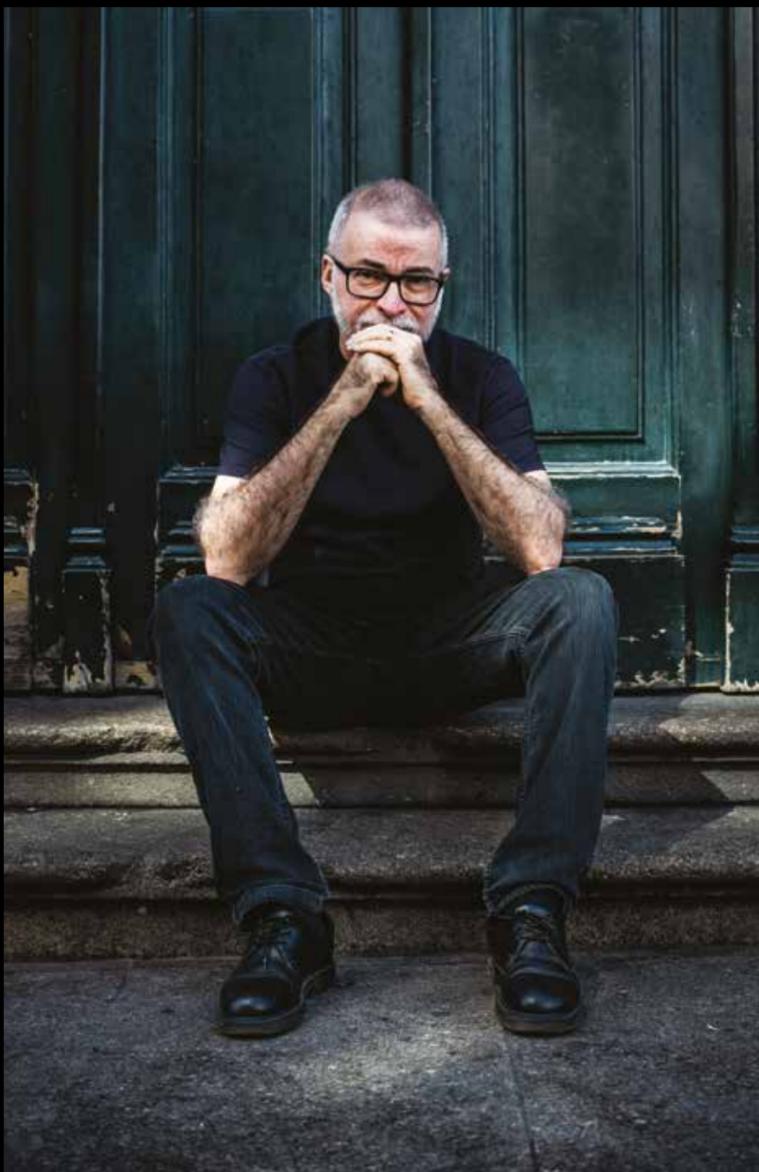
Outras medidas sugeridas foram a antecipação do pagamento do décimo terceiro salário dos aposentados estaduais e municipais e a isenção ou redução temporária do pagamento de pedágios para os veículos que transportam mercadorias, visando garantir a logística e a distribuição no Estado de São Paulo. Em relação aos contratos de financiamento firmados entre março e agosto de 2020 no Fundo Geral de Turismo (Fundetur), a sugestão foi de taxa de juros de 0,49% ao mês para o Estado. À prefeitura da capital paulista, foram encaminhados pleitos como a flexibilização dos horários de circulação de veículos de entrega de mercadorias e a suspensão do rodízio para caminhões e da cobrança do estacionamento rotativo.

A FecomercioSP entende tais sugestões como prioritárias para enfrentar os reflexos da pandemia nas atividades empresariais e monitora o cenário para viabilizar novos pleitos.

FECOMERCIO^{SP}

Acesse www.fecomercio.com.br

    @fecomerciosp



PASSADO E PRESENTE EM ANÁLISE

entrevista MARCUS LOPES
foto DARYAN DORNELLES

LIRA NETO, jornalista e escritor cearense, é especialista em biografias. Somente *Getúlio*, considerado um dos títulos mais completos sobre o ex-presidente Getúlio Vargas, rendeu-lhe, em 2013 e 2014, dois prêmios Jabutis – o mais tradicional da literatura nacional –, pelos dois primeiros volumes da trilogia. “Decidi escrever ao constatar que Getúlio, a figura mais importante e controversa da história brasileira, ainda não tinha uma biografia exaustiva, moderna, jornalística e isenta”, diz ele, contemplado com outros dois Jabutis pelas narrativas da vida de José de Alencar, em 2007, e do Padre Cícero, em 2010. Em *Maysa – só numa multidão de amores*, resgatou a trajetória da cantora que despontou para o sucesso na década de 1950. Com 12 livros no currículo, o atual doutorando em História na Universidade do Porto, em Portugal, lançou recentemente nova versão de *Castello – a marcha para a ditadura* (Companhia das Letras), publicada originalmente em 2004, quando o golpe militar de 1964 completou 40 anos. Nela, joga luz sobre os fatos mais relevantes vividos por Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente desse período. Ao falar deste, Lira critica os setores da sociedade cuja visão é favorável a esse regime. “O saudosismo da ditadura tem duas fontes básicas: a ignorância histórica e o negacionismo ardiloso, baseado no cinismo e na má-fé.”

Qual a importância das biografias para os aprendizados político e social das atuais e futuras gerações de brasileiros?

Esse, que já foi considerado um gênero menor – e mesmo bastardo – nos meios acadêmicos, tem sido cada vez mais revalorizado pela historiografia. Afinal, esse tipo de narrativa não tem o objetivo de reconstituir a trajetória de uma pessoa por si mesma. É uma obra que sempre tentará descortinar não apenas aspectos e intenções que singularizem o biografado, mas também (e, principalmente) o contexto histórico em que ele se move e no qual foi enredado. Isso nos remete a uma outra noção de tempo, menos efêmero. Depois, creio que a evolução da literatura, ao implodir o romance tradicional, nos deixou órfãos da velha e boa narrativa, que é devolvida pelos livros do gênero. O rigor da pesquisa não é incompatível com o prazer do texto. Como jornalista, escrevo preocupado com a recepção do meu trabalho. Busco ser absolutamente rigoroso no trato com as fontes de pesquisa. Ao mesmo tempo, pretendo atingir um público amplo, de não especialistas. Por isso, não creio que a leveza seja inimiga da consistência.

Nesse sentido, qual a relevância de escrever e levar ao público a trajetória do ex-presidente Castello Branco?

No caso de Castello Branco, considero pertinente compreender, entre outras questões, a construção do modo de pensar que se tornou hegemônico na caserna ao longo do século 20. Biografar Castello Branco significou, sobretudo, proceder a uma arqueologia do pensamento autoritário brasileiro que sempre esteve presente no Exército e nas Forças Armadas, um de seus principais focos de doutrinação e difusão. Ao reconstituir a vida do personagem desde os tempos do colégio militar até sua chegada ao poder, por meio do golpe de 1964, tive em mente interrogar o passado para compreender a recorrência de certas estratégias discursivas do espectro conservador ao longo de nossa existência republicana. No momento em que as sombras do revisionismo histórico e do negacionismo dos horrores da ditadura tentam se impor como discurso oficial, cabe a nós revisitar o pano de fundo que conduziu o País ao regime autoritário, inaugurado pelo marechal Castello Branco.

Biografias não retratam apenas o perfil das personalidades, mas também a época em que viveram. Nesse contexto, qual a importância de resgatar e estudar o período militar implementado em 1964?

Isso é importante na medida em que nos permite identificar as matrizes ideológicas que inspiraram o golpe contra o presidente João Goulart [*vice-presidente da República que assumiu a presidência em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros*]. Desde sua remodelação, no início do século 20,

o Exército brasileiro tem se arvorado uma espécie de árbitro supremo da Nação, intervindo pela força das armas diante de potenciais situações de crise política. Uma análise do discurso evidencia que certas fantasmagorias alarmistas, como a do suposto “perigo vermelho”, foram insistentemente utilizadas para justificar a satanização dos adversários e mobilizar a sociedade em torno das mesmas bandeiras, como a do discurso seletivo contra a corrupção e a do ufanismo mais ingênuo. O mais surpreendente é que essa fórmula continue a produzir efeitos, em pleno século 21.

O senhor descreveu as vidas dos ex-presidentes Getúlio Vargas e Castello Branco. Como compara os dois personagens e qual o papel de cada um na história do Brasil?

Getúlio Vargas e Castello Branco são antípodas quase perfeitos. Um [*Getúlio*] era carismático; o outro [*Castello*], completamente desprovido dessa qualidade. Um era um líder das massas; o outro, um homem profundamente impopular. Castello, aliás, era um antigetulista ferrenho. Assinou o manifesto dos generais, documento que aprofundou a crise de 1954, a mesma que iria levar Getúlio ao suicídio. A única semelhança que percebo entre os dois é que cada um, ao seu tempo e à sua maneira, foram ditadores.

Seria possível imaginar um político como Getúlio Vargas nos dias de hoje?

Getúlio e a chamada “Era Vargas” são fruto de uma determinada época e de um tempo específico. Impossível querer imaginar alguma possibilidade de repetição do mesmo fenômeno, tomando como base momentos tão distintos.

Quais as maiores dificuldades para escrever o livro sobre Castello Branco? O que mais o surpreendeu no personagem?

Uma dificuldade inicial básica foi acessar os arquivos reservados dos anos de ditadura, muitos dos quais ainda estavam sob sigilo quando iniciei o trabalho, em 2001. Não digo que chegou a ser propriamente uma surpresa, mas foi, no mínimo, instigante rastrear a carreira militar de Castello, especialmente buscar documentação a respeito de sua participação como um dos estrategistas da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, durante a Segunda Guerra Mundial.

Como avalia o atual momento da política brasileira?

Vivemos um momento político tenebroso, em que muitas das conquistas sociais, econômicas e mesmo civilizacionais, fruto do trabalho e da luta de gerações, estão sendo bombardeadas pelo grupo que chegou ao poder na última eleição presidencial.



texto GUILHERME MEIRELLES
foto CHRISTIAN PARENTE

LONGE DA PORTA GIRATÓRIA

D

De acordo com dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), entidade que congrega 121 instituições financeiras, o sistema bancário nacional fechou o ano de 2018 com 155 milhões de contas ativas, volume considerável para uma população estimada em 209,3 milhões de habitantes (IBGE, 2017). Visto isoladamente, o dado pode sinalizar uma realidade pujante, mas, a 30 quilômetros da paulistana Avenida Faria Lima, onde está sediada a Febraban, o cenário é totalmente diverso. No Jardim Aracati, extremo sul da capital, nas margens da represa Guarapiranga, a referência para pagamento das contas de água, luz e telefone não é uma moderna agência nem tampouco o sofisticado aplicativo de um banco digital. “Vem todo mundo aqui na Papelaria da Vilma”, conta, sorridente a pequena comerciante Vilma Jesus da Silva Santos, dona de um espaço de 24 metros quadrados na principal avenida do bairro, marcado por casas de precário acabamento. Por meio de um aplicativo para fazer pagamentos, Vilma tornou-se a “correspondente bancária” do bairro e efetua cerca de 60 operações por dia. O volume ajuda no pé-de-meia, já que recebe R\$ 0,20 a cada conta paga. “São pessoas que não têm conta em banco. Aqui, não tem agência ou casa lotérica. As mais próximas ficam a 40 minutos de ônibus, no Jardim Ângela”, diz a comerciante.

O contraste entre o excesso de recursos e a sofisticada do chamado “condado da Faria Lima” (como é conhecido o principal polo financeiro do Brasil) e a precariedade do Jardim Aracati está retratada na pesquisa Desafios Para Bancarização, divulgada pelo Instituto Locomotiva, no final do ano passado. O levantamento revelou a existência de 45 milhões de brasileiros acima de 16 anos – 29% ou quase um terço da população ativa – que não possuem ou movimentam uma conta bancária há mais de seis meses. O estudo apontou ainda que 86% estão inseridos nas classes C, D e E, sendo que 62% estão fora das capitais.

Acostumado a lidar com o comportamento das classes desfavorecidas, Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva, não demonstrou surpresa com o resultado: “As pessoas desconfiam dos bancos, que são a única rede de varejo com detector de pobre na entrada, no caso, a porta giratória. Há também a questão do dinheiro vivo. A população prefere usar a moeda corrente no dia a dia, porque consegue controlar os gastos do mês e obtém mais descontos quando vai fazer a compra no mercadinho do bairro.”

Segundo a pesquisa, as principais razões para não ter conta em banco são a falta de dinheiro para guardar em uma instituição financeira (31%), a opção pelo uso de dinheiro vivo (29%), a simples falta de vontade de ter uma conta (25%), as altas tarifas (18%), o desemprego (13%) e a falta de confiança nessas empresas (11%). Quando questionados especificamente a respeito da confiança passada pelos bancos, os resultados foram implacáveis – apenas 25% dos desbancarizados admitiram confiar nas instituições bancárias.

Hábitos tradicionais, como comprar fiado (69%), usar cartão de crédito de outra pessoa (51%) e pedir empréstimo a parentes (45%), são comuns entre os desbancarizados, que apesar de estarem excluídos do universo bancário, movimentam volumes relevantes na economia. Segundo estimativa do Instituto Locomotiva, o montante gira em torno de R\$ 800 bilhões anuais.

Para Guilherme Dietze, assessor econômico da FecomercioSP, ainda há um desconhecimento por parte da população do surgimento de bancos digitais, que não cobram taxas de manutenção nem possuem agências físicas. “Bancos como Nubank, Original e Inter estão restritos a bolhas nos centros urbanos. No interior, o que prevalece são práticas antigas, principalmente entre aqueles que exercem funções menos qualificadas”, diz.

O comportamento do consumidor paulistano pode ser constatado na mais recente Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), na cidade de São Paulo. “Perguntamos qual era a forma de pagamento mais vantajosa nas lojas e 44,3% dos entrevistados na faixa salarial de até dez salários mínimos responderam que era o dinheiro. Para o público desta categoria, a transação em dinheiro vivo permite barganhar o valor da compra. Na faixa acima de dez salários mínimos, prevaleceu o cartão de crédito parcelado, com 30,8% das respostas”, observa Dietze.

DESAFIO MUNDIAL

A desbancarização está longe de ser uma jabuticaba. Na verdade, o índice brasileiro de 29% está alinhado com a média mundial, de acordo com o estudo Global Findex, divulgado pelo Banco Mundial, em 2017. A sondagem apontou que 69% dos adultos acima de 15 anos possuem uma conta bancária, tendência que vem em franco crescimento desde 2011, com 51%, passando para 62%, em 2014. A ascensão das tecnologias *mobile* vem sendo a principal responsável pela inserção bancária, o que é o caso do Brasil, onde as transações via smartphones responderam por 40% das transações em 2018 (Pesquisa Febraban Ciab 2019).

No entanto, existem 1,7 bilhão de desbancarizados no planeta, dos quais 50% estão concentrados em sete países em de-

envolvimento: Bangladesh, China, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão. Nestes países, 40% dos desbancarizados vivem nas regiões mais miseráveis, longe de agências e de infraestrutura de telecomunicações. O levantamento conclui que a difusão da tecnologia digital é a saída adequada para promover a inserção bancária nestas camadas da população.

Para especialistas internacionais, o maior desafio a ser combatido é a falta de identidade financeira do cidadão, que atinge tanto os desbancarizados como as pessoas com dificuldade de acessar o crédito nas instituições. Nascida há cinco anos no Vale do Silício (Estados Unidos) e presente em 26 países, a Juvo tem se dedicado a desenvolver soluções digitais B2C (do inglês *business to consumer*, ou seja, da empresa para o varejo), que promovam a inclusão financeira daqueles que se acostumaram a ouvir um sonoro “não” quando buscaram qualquer espécie de crédito.

“Nosso conceito é a *Economia do Sim*, uma vez que fornecemos ao cidadão a primeira oportunidade de apresentar a sua identidade financeira”, afirma Murilo Menezes, vice-presidente da Juvo para América Latina. Segundo estudo em parceria com a consultoria global Oxford Economics, cerca de 3,9 bilhões de pessoas no planeta não conseguem entrar na economia formal por falta de histórico de crédito. Neste universo, além dos desbancarizados, estão aqueles que possuem contas não ativas e pessoas que estão identificadas em seus países apenas pelos seus registros de identidade. No caso específico do Brasil, pelas análises da Juvo, se essas pessoas fossem incorporadas pelo sistema bancário, “seriam 4 milhões de novas contas, aumento de US\$ 4 bilhões na taxa de poupança, mais de US\$ 6 bilhões em linhas de crédito e 1 milhão de novas apólices de seguro, o que resultaria em incremento de 0,4% do PIB, o que corresponderia a cerca de US\$ 9 bilhões”, diz Menezes.

O modelo da Juvo se baseia no sistema de pontuação (*scores*) e conta com avançados recursos de *machine learning* [aprendizado da máquina em tarefas desempenhadas por pessoas] e algoritmos [sequência de comandos digitais para execução de determinada tarefa]. Hoje é disponibilizado para operadoras de celular, mas pode ser replicado em outras áreas de varejo. Funciona como uma recarga emergencial para celulares pré-pagos, com a vantagem do cliente não precisar se deslocar para uma banca de jornal ou farmácia. “Nosso parceiro é o programa SOS Recarga, da Claro, mas devemos fechar um novo contrato, em breve”, diz o executivo. Por meio do aplicativo, o cliente pede a recarga emergencial no valor de R\$ 5 e tem o valor descontado, no prazo de cinco dias, quando fizer sua nova recarga em um ponto convencional. Na medida em que o cliente prova ser um bom pagador, a sua pontuação vai subindo e ele pode ter acesso a outras ofertas da operadora, como a compra de um novo aparelho, por exemplo, o que só seria possível caso tivesse um cartão de crédito. “Há também

a fidelização. A pessoa muda de categoria no *score* e o seu histórico na operadora permite que ela solicite empréstimos junto a bancos ou financeiras”, afirma Menezes.

PAPEL DAS FINTECHS

Dispostas a ocupar espaços em que os bancos não conseguem ou não têm disposição em entrar, as fintechs já descobriram o nicho dos desbancarizados. Segundo a pesquisa Fintech Deep Dive 2019, da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), 33% das 208 empresas brasileiras atuam no setor de meio de pagamentos. “As que lidam com o público de baixa renda se comunicam melhor do que os bancos e financeiras. Elas conseguem engajar o cliente”, afirma Diego Perez, diretor da ABFintechs.

Crescer em um mercado dominado por cinco grandes bancos é um tremendo desafio, mas o Celcoin tem mostrado que é fundamental estar na hora certa e no lugar certo. “Abri a empresa em 2016 após tomar conhecimento de um estudo que apontava o fechamento gradativo de agências físicas e a tendência das pessoas pagarem suas contas em dinheiro, nas casas lotéricas. Havia um crescimento da informalidade e pessoas dispostas a pagar suas contas”, recorda Adriano Meirinho, cofundador do Celcoin.

O passo inicial foi buscar pequenos comerciantes em cidades do Norte e do Nordeste e áreas de regiões metropolitanas em que não houvesse agências bancárias. “Prospectamos e priorizamos aquelas que já eram lideranças locais”, diz Meirinho, citando o caso de Vilma, do Jardim Aracati.

Por meio do aplicativo, o smartphone cumpre a função de um terminal POS (*point of sale* na sigla em inglês, ou ponto de venda no comércio) capaz de receber pagamentos, fazer recargas e consultas de CPF. Hoje, o Celcoin conta com 22 mil agentes e está presente em 2,2 mil cidades, 65% nas regiões Norte e Nordeste. “É um grande facilitador para a população. No bairro, há apenas uma lotérica e a agência bancária mais próxima fica a quatro quilômetros”, diz Rogerio Pereira, agente do Celcoin, que mora no bairro de Campo Lindo, em Seropédica, região metropolitana do Rio de Janeiro.

Segundo Meirinho, os agentes atendem mensalmente cerca de 1,5 milhão de desbancarizados. Em 2020, pretende investir R\$ 5 milhões em tecno-



A papelaria de Vilma Jesus da Silva Santos é a principal correspondente bancária do Jardim Aracati, no extremo sul de São Paulo. Por dia, efetua cerca de 60 operações

logia e tem como meta alcançar 50 mil agentes em todo o País. “Noto que os bancos não se interessam por estes clientes, não são rentáveis”, afirma ele.

Fundada em São José dos Campos (SP) no mesmo ano em que o Celcoin, a Moneto surgiu em função de um desafio vivido pelo engenheiro Marcos Arruda, que sentia dificuldades por ter de pagar sempre presencialmente um trabalhador desbancarizado: “São pessoas que acordam cedo e moram longe, os horários nunca batiam. Notei que havia espaço para criar um aplicativo que emitisse boletos”.

Pelo aplicativo, o trabalhador abre uma conta digital na Moneto e recebe um cartão pré-pago. Ele emite um boleto, o documento é pago, o valor vai para a conta digital da Moneto, que repassa

para o emissor. A rentabilidade da empresa vem da emissão dos boletos (R\$ 4,99 cada) e do uso dos cartões (R\$ 3,99).

“Cerca de 40% dos clientes da Moneto são desbancarizados. A maioria é do Nordeste e da periferia de grandes capitais. Nosso investimento em marketing é zero, é tudo no boca a boca”, garante Arruda. Para se cadastrar na Moneto, é necessário apenas enviar uma foto online em que esteja portando um documento com o CPF. “Submetemos o CPF a um birô de crédito e aceitamos ou rejeitamos o interessado, sendo rara a rejeição”, explica o engenheiro.

&



CADASTRO POSITIVO

Em vigor desde julho passado, a nova regulamentação do Cadastro Positivo deve facilitar o acesso ao sistema de crédito bancário para cerca de 23 milhões de desbancarizados, segundo estimativa de Luiz Rabi, economista-chefe da Serasa.

São pessoas classificadas pela Serasa como *thin files* (algo como “perfil magro”), das quais se conhece apenas o CPF, apesar de possuírem histórico de bons pagadores de contas básicas em dinheiro vivo ou boletos, como luz, água e telefone. “São cidadãos adimplentes, mas ignorados pelo sistema financeiro, pois até então só estavam disponíveis as informações que eram passadas pelos bancos ao Banco Central”, pontua ele.

Até o final do ano, diz Rabi, as operadoras de telefonia e as distribuidoras de energia terão acesso às informações cadastrais, o que irá permitir aos birôs de crédito (como a Serasa), obterem informações mais precisas para determinar o perfil de risco de cada CPF. “Em 2021, já deveremos ter resultados”, acredita o economista.



ESTADOS BRASILEIROS UM ACRE DE ENTRAVES E POSSIBILIDADES

Durante os 14 anos em que trabalhou em restaurantes em Florianópolis, o gaúcho Jorge Paulo Brum fortaleceu o sonho de ter seu negócio, cujo diferencial seria uma carta de cervejas e vinhos requintados. Pela vontade de sua esposa, Carol, tocariam o projeto ali mesmo na capital catarinense. Mas, em novembro de 2015, ele conheceu Rio Branco, terra natal de Carol, o que mudou os planos do casal.

texto LEDA ROSA

“

“Visitei outros restaurantes e vi que não tinham a proposta que eu queria. Em Florianópolis, eu seria mais um. Em Rio Branco, poderia me destacar”, lembra. Em julho de 2017, se mudou com a família para a cidade e em novembro, abriu o La Cave. Três anos depois, o bar e restaurante é um dos sucessos da gastronomia local. A qualidade dos pratos brasileiros, italianos e portugueses, além de bebidas de alto padrão, garantem boa procura pelas 22 mesas.

Apesar do sucesso, o lucro não tem sido equivalente, nos últimos meses. “Em 2019, tive, no máximo, crescimento de 2% no faturamento”, diz Brum. O desempenho do La Cave reflete um cenário que ainda amarga os efeitos da crise econômica. Segundo o assessor técnico da Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-AC) e do Sesc-Senac/AC, Egídio Garó, os resultados positivos no volume de vendas de 2018 (8,3%) e 2019 (6,6%) não significam que “o comércio no Estado do Acre apresenta linha de tendência. Apenas pequenas oscilações para maior ou menor.”

Para 2020, por conta da conjuntura nacional, também não há bons prognósticos. “Temos retração na indústria e nos serviços, redução no volume das importações e exportações, dólar em alta, instabilidade econômica por conta das reformas. No Acre, não foi diferente, apesar de não termos retração. Por isso, não temos uma opinião otimista”, afirma Garó, que estima expansão em torno de 3,5% a 4% neste semestre com redução entre julho e dezembro.

Além do horizonte macroeconômico incerto, o empresário Brum encara um problema mais imediato, que reflete o contexto socioeconômico do Estado: a violência urbana.

ESCALADA DO CRIME

Enquanto está aberto, o La Cave mantém um segurança na porta. “O que me levou a contratá-lo foi um assalto que presenciei, às 16h, no bar em frente. Ora, se roubam no meio da tarde um comércio simples, imagina o que podem fazer com meu restaurante. Trata-se de uma despesa a mais, mas garante mi-

na segurança, dos funcionários e dos clientes”, diz Brum, que tem oito empregados registrados.

“Os comerciantes reclamam da queda no movimento, com pizzaria vazia sexta à noite. Parte disso se deve à violência, que desestimula o consumidor a sair de casa”, afirma Brum, que preside a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Acre (Abrasel-AC).

A percepção de Brum é ratificada pelos números. Segundo o Atlas da Violência 2019, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados de 2017, o Acre foi o Estado campeão no número de homicídios entre 2007 e 2017, com alta de 276,6%, contra 36% de aumento médio do País.

O levantamento aponta que o crescimento da violência letal no Acre, “está intimamente associado à guerra por novas rotas do narcotráfico que saem do Peru e da Bolívia e que envolve três facções criminosas: Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e o Bonde dos 13 (B13)”, além de máfias regionais. Segundo o Ministério Público do Acre, a droga segue até a periferia de Rio Branco, onde “se travam as batalhas com maior número de vítimas pelo comando do tráfico na região.”

Entre outras ações, em fevereiro deste ano, a Polícia Federal no Acre e o governo do Estado montaram uma força integrada de combate ao crime organizado, com foco em ações fronteiriças e na solução dos crimes. Um ano é o período estimado por autoridades locais para que os resultados apareçam.

FATORES INDUSTRIAIS

A escalada do crime organizado se beneficiou da conjuntura econômica. “Rio Branco é apontada como uma das cidades mais violentas do País, em função justamente da queda da produção industrial. Perdemos empregos que não vamos conseguir mais retomar e as facções abordam o trabalhador e o levam para o crime. De 2014 para

A Amazônia brasileira ainda conta com cerca de 10 milhões de hectares tomados pela floresta tropical, mas sofre com desmatamento e queimadas, como esta, em Rio Branco, registrada em 2010

cá, temos levado uma vida muito difícil para manter a autoestima do empresário local”, diz José Adriano Ribeiro, presidente da Federação das Indústrias do Acre (Fieac).

Sem postos formais, resta a informalidade. Em 2019, o Estado apresentou uma taxa média de informalidade de 50,2% (IBGE, 2020). A média nacional foi de 41,1%. Outro dado relevante sobre o gargalo do emprego local é a taxa de desalentados (pessoas que não tinham experiência, ou eram muito jovens ou idosas ou não encontraram trabalho na localidade) de 10,6% no quarto trimestre do ano passado, o maior porcentual da Região Norte.

Entre 2014 e 2019, o Estado perdeu 3.049 empregos formais (Rais e Caged). No Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, a gestão estadual promete promover um novo ciclo que inverta a dependência econômica do Estado com o setor público, que, em 2017, foi responsável por cerca de 41% dos empregos gerados.

No caso da indústria, o contingente de trabalhadores soma 12.542 postos, e a entidade estima que, entre 2014 e 2019, o total de demissões oscilou entre 500 e 600 vagas com carteira assinada. A maioria das dispensas ocorreu na construção civil, segmento mais forte do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, com 48,4% de participação. “Como em todo o Brasil, o Estado ainda não se recuperou da crise, apesar de 2019 ter sido um ano em que os indicadores de emprego permaneceram estáveis”, afirma Ribeiro.

Entre os pleitos da Fieac aos governos federal e estadual está o “foco na situação extremamente delicada e preocupante na qual se encontram os distritos e parques industriais do Estado. É um cenário de abandono, que vai da falta de segurança até a falta de estrutura mínima para a atividade econômica. Só com a recuperação dessas áreas teremos condições de atrair novos investimentos”, diz Ribeiro. Ele comenta que o Estado sempre teve indústria incipiente em função da dificuldade de produção de matéria-prima: “Importamos quase



Foto: Marcos Vientti/Folhapress

“OS RESULTADOS POSITIVOS DE 2018 E 2019 NÃO SIGNIFICAM QUE O COMÉRCIO DO ACRE APRESENTE LINHA DE TENDÊNCIA. APENAS PEQUENAS OSCILAÇÕES PARA MAIOR OU MENOR.”

EGÍDIO GARÓ,
assessor técnico da Fecomércio-AC

tudo. As poucas indústrias que temos são mais processadoras. Isso dificulta muito o incremento de novas plantas industriais”.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre 2007 e 2017, a indústria local recuou 4,1 p.p. na participação no PIB estadual, que em 2017 foi de 8%, somando R\$ 1 bilhão, segundo menor valor do Brasil e equivalente a 0,1% do PIB nacional.

Outra adversidade é a concorrência desleal de produtos como brinquedos, eletroeletrônicos e vestuário, a maioria falsificados, vindos da Bolívia e do Peru. “Nossa infraestrutura alfandegária é inexistente. O fiscal vai à fronteira apenas uma vez por semana. Não temos um processo que dê segurança para o empresário investir sem sofrer a competição clandestina de itens que não passam pelas mesmas exigências de fabricação”, afirma Ribeiro, que calcula que esses produtos respondam por 35% das vendas do Estado.

INFRAESTRUTURA PRECÁRIA

Apenas uma rodovia federal, a BR-364, liga o Acre ao restante do território nacional. E essa estrada apresenta problemas logísticos peculiares, tais quais a travessia do Rio Madeira por embarcação, que fica sujeita à paralisação tanto na época da estiagem como no período de chuvas

Enquanto não chega a ferrovia Transcontinental ou Bioceânica, que fará a ligação entre o Oceano Atlântico, no litoral norte do Rio de Janeiro, ao Pacífico, no Peru, passando por Goiás, Mato Grosso, Acre e Rondônia, a logística segue precária, como na rodovia BR-364, que alaga em diversos trechos, como em Porto Velho, dificultando a passagem dos caminhões. A cheia muitas vezes impede o único acesso terrestre ao Acre



Foto: Celiano Soares/Folhapress

intensas. Entre as cidades de Rio Branco e Porto Velho, separadas pelo Rio Madeira, o percurso é feito por balsa, em uma viagem que dura, em média, 30 minutos.

Para integrar definitivamente o Estado à malha rodoviária nacional, o governo federal prevê entregar, no segundo semestre deste ano, a ponte sobre o Rio Madeira. Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), com a nova obra, a travessia levará poucos minutos. A previsão é que 2 mil veículos passem por ali diariamente.

“Estamos esperando há quatro anos a conclusão dessa ponte que é significativa no transporte de matéria-prima. Vai influenciar tanto no prazo de entrega desse insumo, e muitos são percebíveis, até na situação angustiante na estiação, quando a balsa praticamente não consegue atravessar o Rio Madeira e chegamos a ficar isolados alguns dias. Isso também é um fator discutido por investidores quando pensam em investir no Acre”, diz Ribeiro, da Fieac. Cálculos da entidade estimam que, com a ponte, o volume de matérias-primas transportadas sobre o Madeira totalize R\$ 5,55 bilhões, cerca de 38% da estimativa do PIB de 2019, de R\$ 14,6 bilhões.

Sem malha ferroviária em funcionamento, o Acre aguarda desde 2015, a efetivação da Ferrovia Transcontinental ou Bioceânica, que ligará o Oceano Atlântico, no litoral norte do Rio de Janeiro, ao Pacífico, no Peru, passando por Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. No entanto, o projeto, anunciado há cinco anos, dentro de um pacote de parcerias entre o governo brasileiro e o chinês, continua somente em pauta no governo federal.

Como nos demais Estados da região Amazônica, o transporte fluvial é essencial no Acre, pelo aproveitamento das condições geográficas. Bom exemplo é o Rio Solimões, que cobre todo o território, com braços perenes e navegáveis, boa parte com navegação demorada, por conta do traçado sinuoso.

AGRICULTURA RECUA

Apesar das terras bastante férteis, só a partir de 2017, com a instalação da hidrovia do Rio Madeira, o Acre tem avançado para além das lavouras de subsistência, segundo a Federação de Agricultura e Agropecuária do Estado do Acre (Faeac), que aponta a soja e o milho como aqueles itens que mais se expandem.

Apesar de não traduzirem tal expectativa – mantendo a produção de soja em 1,4 mil toneladas em 2020, mesmo patamar de 2019 e 2018 – os números do IBGE registram o salto de 2017 para 2018, quando o montante passou de 261 toneladas para 1,4 mil toneladas.

Nas lavouras permanentes, houve redução de 1.517 hectares (12,5%), na área colhida, frente a 2017, quando foram colhidas 797 mil toneladas em 10.657 hectares (IBGE, 2018). Toda a produção rendeu R\$ 96,7 milhões. Em 2018, a banana foi campeã disparada da produção, com 102,9 mil toneladas, seguida da laranja, com 8,5 mil toneladas e do limão, com 5,9 mil toneladas.

Nas plantações temporárias, 2018 registrou diminuição de 13.200 hectares (15,5%) na área colhida, na comparação com 2017, quando foram colhidas 797.085 toneladas em 72.179 hectares (IBGE, 2018). A venda da produção rendeu R\$ 369,8 milhões. A mandioca liderou o ranking da produção, com 897,8 mil toneladas. O milho ficou em segundo lugar com 89,2 mil toneladas e em terceiro, a melancia, com 22,6 mil toneladas.

“RIO BRANCO É APONTADA COMO UMA DAS CIDADES MAIS VIOLENTAS DO PAÍS, EM FUNÇÃO DA QUEDA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL. PERDEMOS EMPREGOS E AS FACÇÕES ABORDAM O TRABALHADOR E O LEVAM PARA O CRIME.”

JOSÉ ADRIANO RIBEIRO,
presidente da Federação das
Indústrias do Acre (Fieac)

No Plano Plurianual 2020/2023, o governo do Estado enfatiza a “queda acentuada nas principais culturas perenes e anuais produzidas no Estado”, citando que “a produção de milho caiu 28%”, em comparação a 2013 e o arroz, 59%. Em relação à mandioca, o documento afirma que a diminuição totalizou 365,8 mil toneladas, entre 2014 a 2017. O plano de governo garante que a agropecuária é prioridade da atual gestão.

Nem toda terra está disponível para a agropecuária. Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, o Acre possui 7.774.440 hectares de seu território (47,3%) composto por Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais), nas categorias de Proteção Integral e Uso Sustentável e Terras Indígenas, criadas para proteção e uso sustentável do Bioma Amazônico.

Com o boi mais barato do Brasil (R\$ 160,50 a arroba do boi gordo à vista contra R\$ 200 em São Paulo), a pecuária tem que lidar com as delimitações da legislação ambiental e a distância dos principais mercados nacionais, agravada pelos gargalos da logística. Para manter o preço competitivo, os pecuaristas mantêm o rebanho quase exclusivamente nos pastos, já que o confinamento elevaria o custo da carne. Segundo a Faeac, o Estado espera obter ainda em 2020 o status de Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação, o que ampliaria o mercado interno e as importações.

Em maio de 2019, o rebanho bovino era composto por 3,3 milhões de cabeças.

SOCIAL

Com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,663 em 2010, houve evolução em relação a 2000, quando o indicador registrou 0,517. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o fator preponderante no avanço foi a longevidade (que pontuou 0,777), seguida da renda (0,671) e Educação (0,559).

Mas em termos de vulnerabilidade social, o Estado ainda enfrenta grandes desafios com apenas 47% da população em domicílios com banheiro e água encanada; 50,7% de habitantes vulneráveis à pobreza e 22,6% de crianças extremamente pobres.

A cristalização da desigualdade de renda está expressa no Gini – índice que calcula a concentração de recursos, no qual 0 representa a total igualdade e 1 total concentração –, no qual o Acre marcou 0,63 em 2010, mesmo patamar de 1991.

HISTÓRIA E TURISMO

A região que hoje corresponde ao Acre pertencia à Bolívia desde meados do século 19, mas pelo difícil acesso, não havia sido efetivamente ocupada. Com o ciclo da borracha (no qual a quase totalidade dessa matéria-prima consumida no mundo vinha da Amazônia e 60% desse total saíam do Acre), a área começou a ser ocupada por nordestinos, vindos em busca dos lucros dos seringueiros.

No início do século 20, sob a iminência de guerra entre as nações, o ministro do Exterior brasileiro, o barão do Rio Branco, negociou um acordo, assinado em 1903. Pelo documento, o Acre se tornava brasileiro e a Bolívia teria em troca áreas do Mato Grosso e 2 milhões de libras esterlinas.

Com histórica predominância de viajantes vindos dos vizinhos Peru e Bolívia – seguidos por Portugal, Japão, Chile, Costa Rica e Itália –, o Acre tem vivido expansão da procura de visitantes de outros países, depois de 2018, como reflexo do visto eletrônico para turistas americanos, canadenses, australianos e japoneses. Atraídos pela Floresta Amazônica, esses estrangeiros colocaram o Estado como o segundo destino preferido na Região Norte, com alta de 10,5%, só perdendo para o Amapá, cuja alta foi de 31,2% (Ministério do Turismo, 2019).

O Estado se beneficia da vocação natural para o eco e o etnoturismo, com um território de quase 16 mil hectares, correspondendo a 4% da Amazônia brasileira, com cerca de 10 milhões

de hectares tomados pela densa floresta tropical, cujo potencial da biodiversidade está longe de ser explorado adequadamente, assim como o patrimônio natural. As comunidades indígenas estão representadas por 15 povos, distribuídos em três famílias linguísticas (pano, arawak e arawa). São 17.070 indígenas vivendo em 197 aldeias. Há ainda três povos isolados.

Um bom exemplo desse ramo é o Circuito de Aventura Chico Mendes [*seringueiro e defensor da Floresta Amazônica com militância premiada internacionalmente, assassinado em 1988*], em Xapuri, cidade natal do ambientalista. Com 623 metros e 16 obstáculos, é o maior percurso em extensão na Amazônia, passando por árvores que chegam a 25 metros de altura, o equivalente a um prédio de sete andares.

“Crescemos 13,07% no faturamento em 2019. Foi o nosso melhor ano”, diz Carlos Simão Neto, proprietário do Nobile Suites Gran Lumni, em Rio Branco. Com cinco anos no mercado, o hotel tem 89 quartos e 38 funcionários. “Um dos principais desafios do setor hoteleiro é melhorar a malha aérea e a internacionalização do aeroporto, para que tenhamos voos do Peru e da Bolívia”, diz o hoteleiro, cuja expectativa de expansão para 2020 é de 3%. “Não vejo grandes movimentos para alta que supere esse patamar, na capital”, explica ele, que registrou retração nos negócios em janeiro e fevereiro deste ano [*entrevista concedida antes da declaração de pandemia do coronavírus*].

A boa fase vivida por Simão Neto não reflete o panorama acriano, onde o setor de serviços enfrenta retração há mais de um ano. Os recuos se acumularam entre janeiro e dezembro de 2019, variando entre -6,3% e -7,4%, segundo dados do Observatório do Desenvolvimento, entidade que reúne as principais entidades do setor privado, como a FecomercioAC e Fieac, e seus respectivos dados.

&

MUDAR AS REGRAS PARA PRESERVAR AS EXCEÇÕES

AMAZÔNIA – E EU COM ISSO?

(ED. PEIRÓPOLIS), DE NURIT BENSUSAN

ILUSTRAÇÕES DE ANGELO ABU

A revista **Problemas Brasileiros** passa a publicar, a partir desta edição, trechos de livros inéditos que abordem questões contemporâneas. Este primeiro, *Amazônia, e eu com isso?*, que chegará às livrarias em junho, traz discussões sobre a preservação da Amazônia, o aquecimento global e o meio ambiente em geral.

A floresta não é a regra, ela é a exceção. Uma floresta como a amazônica, então, é completamente excepcional. A regra é o deserto, o parco, o pouco. A exuberância, a abundância, o transbordamento são de outra natureza. Não basta ter um conjunto de árvores, mesmo que ele seja muito grande, para se ter uma floresta. O coletivo de árvore não é floresta. Floresta é o coletivo de organismos diversos e inter-relações profusas, organizados em uma paisagem onde, aparentemente, as árvores predominam. Mas só aparentemente...

A Floresta Amazônica existe há pelo menos 50 milhões de anos. Nesse período, árvores nasceram, cresceram e morreram. Animais surgiram, andaram majestosos pela floresta ou se esconderam assustados nas sombras das folhas, e se extinguíram ou persistiram. Choveu mais, choveu menos, o clima se transformou, os solos se modificaram, rios apareceram e desapareceram. Mas a floresta continuou floresta.

Outros lugares desse planeta não tiveram a mesma sorte. O deserto do Saara, por exemplo, já foi uma paisagem verdejante há cerca de 10 mil anos. Não se sabe bem ao certo o que transformou essa paisagem em deserto, há teorias que envolvem um sobreuso humano, relacionado em parte com o impacto dos animais pastando e outras, que colocam essa transformação na conta das mudanças de órbita da Terra. O fato, porém, é que paisagens verdes e com água se tornam desertos áridos e secos. Os impactos para as populações locais foram, e são ainda, imensos.

Apesar de 10 mil anos ser bastante tempo, não há dúvida que a tecnologia pode acelerar muito os processos de transformação das paisagens. Exemplos abundam, mas, para não ir muito longe, podemos verificar a rapidez com que a Mata Atlântica, a enorme floresta que fazia do encontro entre o continente e o mar uma poesia, em praticamente toda a costa leste brasileira, desapareceu. Hoje, reduzida a pequenos fragmentos que totalizam cerca de 10% de sua extensão original, a Mata Atlântica é uma lembrança do que foi e um aviso do que pode ser a Amazônia do futuro.

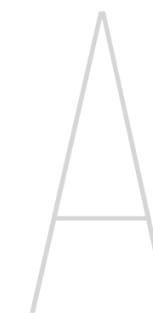
As florestas no Brasil sempre foram tratadas como uma maldição, um inferno verde do qual deveríamos nos livrar para alcançar algum pa-

raíso perdido, certamente poluído, árido e feio. A violência sempre caracterizou os processos de ocupação e de conversão das paisagens florestais, e, na Amazônia, não é diferente, ainda hoje, em pleno século 21. Deveríamos ter aprendido alguma coisa, mas, não...

A média do desmatamento na Amazônia nos últimos 40 anos é de cerca de 2 mil árvores por minuto. Com as árvores, muito mais se vai... A Amazônia é lar de aproximadamente 25% de todas as espécies de plantas e animais que existem na Terra. Plantas que nem sequer sabemos que existem antes que desapareçam. Tampouco sabemos se ali residia a cura definitiva para o mal de Alzheimer ou para os diversos tipos de câncer. Não conheceremos animais que poderiam nos ajudar a conviver com a hipertensão ou com o diabetes. Vale sempre lembrar que a aspirina veio da casca do salgueiro, uma árvore presente em praticamente todo o Hemisfério Norte, e que o veneno da jararaca, uma serpente brasileira, é a origem do remédio mais usado no mundo contra pressão alta.

Além disso, ainda hoje, na parte brasileira da Amazônia, estão presentes mais de 200 povos indígenas que falam mais de uma centena de línguas. Esses povos possuem conhecimentos sobre a floresta que podem ajudar a identificar novos medicamentos, mas também são os primeiros a perceber os efeitos da crise climática. A floresta, agora, não é mais apenas comida pelas bordas, ela é comida por dentro pela mudança do clima, combinada com o desmatamento: incêndios acontecem onde jamais foram vistos, processos ecológicos ficam descompassados e os sinais, que a natureza dava, desapareceram. Cigarras não cantam anunciando a chuva, insetos polinizadores não aparecem na hora em que as flores estão esperando por eles, e a floresta queima escandalosamente...

Como as chuvas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil dependem da umidade amazônica, não apenas povos indígenas ficarão sem ter o que comer. Nossa alimentação, garantida pelos agricultores familiares, pode colapsar, e o resultado não será um paraíso pós-floresta, e, sim, um mundo mais pobre, mais faminto, menos diverso e significativamente mais quente.



SOBRE A AUTORA, POR ELA MESMA

Nurit Bensusan é uma “ex-humana”. Diante dos descalabros constantes da espécie, desistiu de ser Homo sapiens e, no momento, tenta se tornar uma libélula, mas continuar bióloga. Enquanto isso, trabalha em ONGs ambientalistas. Como autora, dedica-se a escrever e organizar livros que contribuam para a popularização da ciência. E ainda se dedica à criação de jogos com temas biológicos, na oficina Biolúdica, e à manutenção do blog Nosso planeta, que contribui para esquentar o debate em torno das questões ambientais

POR QUE O BRASIL ESTÁ CRESCENDO POUCO?

A

A economia brasileira registrou progressos importantes nos anos recentes. Resgatemos alguns deles: a inflação vem se mantendo em torno de 3% ao ano, sem qualquer tipo de intervenção; as reservas internacionais, a despeito das ações do Banco Central no mercado de câmbio, permanecem em níveis muito confortáveis e tivemos aprovação da Reforma da Previdência; e a expectativa mais favorável em relação ao ajuste fiscal viabilizou a redução das taxas de juros a baixos patamares, sem comprometer o controle inflacionário.

Simultaneamente a esses indicadores favoráveis, nota-se que o ritmo de crescimento do País tem sido extremamente fraco, o que foi corroborado com a divulgação dos dados relativos a 2019 (expansão de 1,1%). Mesmo depois de ter superado a recessão de 2015/2016 (quando o PIB caiu, de forma acumulada, 6,7%), o crescimento observado a partir de então tem sido ligeiramente superior a 1% ao ano. Adicionalmente, em 2020, os impactos do coronavírus afetarão o desempenho do PIB no Brasil, o que tem levado a uma revisão generalizada (para baixo) das estimativas de crescimento para este ano.

Embora a economia brasileira esteja, neste momento, impactada por fatores conjunturais, a reduzida capacidade de crescimento nacional está associada também a fatores estruturais. Os erros de política econômica cometidos até 2016 foram graves, notadamente na área fiscal. Basta observar que, no período 2000/2016, os gastos públicos cresceram 6% ao ano, em termos reais (contra uma expansão do PIB de aproximadamente 2% ao ano), provocando substancial elevação da dívida pública.

O crescimento da participação do Estado implica automaticamente o encolhimento do setor privado. Dessa forma, a produtividade total da economia se reduz, na medida em que a produtividade do setor público é menor que a do privado.

A reversão desse processo é necessária para que o Brasil volte a acelerar o ritmo de crescimento, mas é preciso levar em conta alguns pontos: a) as distorções provocadas pela chamada “matriz econômica” foram tão profundas que não é viável corrigi-las rapidamente; b) no curto prazo, o necessário ajuste fiscal gera efeitos contractionistas, na medida em que, por exemplo, o corte de gastos públicos reduz a demanda agregada da economia (essa situação pode ser observada nos dados relativos ao comportamento do PIB público e privado em 2019); e c) as propostas apresentadas pela equipe econômica estão na direção correta, mas é preciso ter consciência dessas questões.

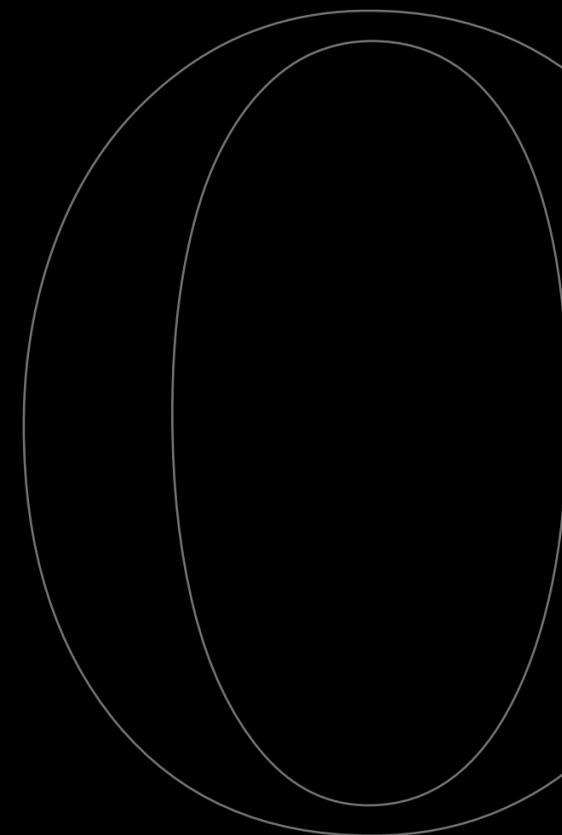
A economia brasileira já poderia apresentar crescimento um pouco maior (não fosse o efeito do coronavírus), mas ainda alguém das necessidades nacionais.

Neste momento de tantas incertezas, é fundamental que as questões estruturais continuem sendo enfrentadas e que os compromissos com o ajuste fiscal e as reformas sejam reforçados. O pior cenário à esta altura seria desviar os rumos da política econômica. Os mercados reagiriam de forma muito negativa e poderiam pôr o País numa situação difícil.

&



ANTONIO LANZANA
é professor da USP e da Fundação Dom Cabral e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP



O ALERTA VEM DE FORA

O cenário político continua sendo de incerteza com forte característica de risco, agravado em março pelo alerta geral provocado pela informação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que o surto de coronavírus se tornou uma pandemia e pela elevação artificial do preço do petróleo pela Arábia Saudita. Dois fatores que, somados à desaceleração da economia mundial, mudam totalmente o ritmo do jogo. Agora, para o Brasil ser o que merece e fazer o que precisa, não cabem disputas políticas secundárias.

O primeiro a perceber esses aspectos deve ser o presidente, que parece querer construir um campo de provas desconhecido para operar o governo no presidencialismo que temos. O comportamento institucional dos Três Poderes precisa ser ajustado a um tempo de emergência e urgência sem que cada um queira continuar testando os limites na relação com o outro. Manifestações de rua convocadas com muita antecedência têm mais cara de desfiles de *selfies* do que de indignação. É desnecessário ampliar o atrito na sociedade brasileira.

Apesar de todo o apoio que as mudanças constitucionais trazem, o resultado em termos econômicos tem sido pífio e revela um paradoxo. Como a economia perde giro, ao contrário do que se pensava após as reformas da Previdência e Trabalhista, além de o governo não saber explicar por que os investidores não vêm ao Brasil, a expectativa se ancora cada vez mais na política. Isso só reforça a direção para onde tem de caminhar a solução da crise institucional: em direção ao Congresso Nacional, pois ali está o principal fiador das reformas e o campo correto da mudança por vias democráticas.

Há sempre risco quando o governo polemiza com o Congresso sem ter base de apoio formada, nem partido com força para representá-lo. Nesse caso, o Congresso acaba exercendo seus poderes constitucionais de forma a compensar a ausência do Executivo. Foi o que se viu no episódio das emendas impositivas, em que o parlamento se transforma em ordenador de despesas e o mandato político vira uma unidade orçamentária completa, sem planejamento ou prioridade vinculada com programas nacionais ou hierarquia de necessidades. Erram os dois. O Executivo, por omissão; o Legislativo, por excesso de ação.

Esse confronto com o Congresso e a dificuldade de gerir uma pasta tão grande podem ser as causas do estresse extremo no ministro Paulo Guedes, que chegou quase ao limite, sendo fortalecido pela decisão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de lhe emprestar publicamente apoio para acalmar o Congresso e os mercados. Em suma, o presidente precisa ajustar o caminho agora, em 2020, para que, no terceiro ano, o País possa colher os resultados que seu governo prometeu. Para isso, precisa recuperar o tempo perdido diminuindo a agenda de enfrentamento com o Congresso para não enfraquecer de vez a agenda econômica.

Com o alerta que vem do exterior, talvez possamos sair da inércia político-econômica e perceber que é hora de uma ação organizada do Estado para proteger o Brasil. E evitar a pior das tradições de quando o parlamento briga com o Executivo e que leva deputados e senadores a disputar eleições municipais para manter seu poder local. Pois assim, se surgirem mais de 20% de candidatos a prefeito ou vice-egressos da Câmara ou do Senado, o ano acaba em julho. Se isso ocorrer, ficaremos à mercê das convocações de “esforço concentrado”, como é a rotina congressual em ano eleitoral. Sempre esperando que o Ministério da Fazenda dialogue sobre as reformas e, ao mesmo tempo, seja criativo para liberar recursos para investimento, mantendo a âncora fiscal.



PAULO DELGADO
é sociólogo e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP

&

CLARICE LISPECTOR

HÁ CEM ANOS,
NASCIA UMA
DAS ESCRITORAS
MAIS CONSAGRADAS
DO BRASIL

texto HERBERT CARVALHO
ilustrações PAULA SECO



Foto: Folhapress/Folhapress

E

Ela veio de longe e sempre teve a vida envolta em mistérios, a ponto de ser descrita pelo biógrafo Benjamin Moser como a “esfinge do Rio de Janeiro”. Não se considerava uma escritora profissional, mas sua obra, construída com base em cenas cotidianas e temas existenciais, tornou-se uma das mais estudadas em todo o mundo, chegando a figurar em listas de *best-sellers* nos Estados Unidos e nos Países Baixos. Rejeitados como herméticos ou de difícil compreensão ao serem lançados, seus livros se tornaram leitura obrigatória para o exame vestibular e, hoje, são vendidos nas estações de metrô. Reclusa e avessa a qualquer tipo de exposição pública quando era viva, transformou-se em estrela nas redes sociais do século 21.

Nascida no dia 10 de dezembro de 1920, na pequena aldeia ucraniana de Tchetchnik, ela se chamou primeiro Chaya (“vida” em hebraico), tornou-se Clarice Gurgel Valente (ao se casar) e finalmente Clarice Lispector, nome que a consagrou no cenário literário. Isso sem contar os pseudônimos que usou ao longo da carreira de escritora e jornalista, como Helen Palmer e Tereza Quadros.

Na única entrevista que concedeu à televisão brasileira, para a TV Cultura de São Paulo, em 1977, ano de sua morte, Clarice se referiu a uma improvável origem latina do nome Lispector. Segundo ela, significaria algo como “uma flor de lis no peito”. A imagem é poética, mas a palavra incomodou o crítico Sérgio Milliet assim que a viu estampada na capa do livro da autora estreado: “Nome estranho e até desagradável, pseudônimo, sem dúvida”.

Se até no Brasil o preconceito existia, o que dizer da Ucrânia conflagrada pela guerra civil e por ameaças de *pogrom* contra judeus como os Lispector, que para cá vieram reconstruir suas vidas. Mantiveram o sobrenome, mas o pai, Pinkhas, tornou-se Pedro; a mãe, Mania, passou a ser Marieta; a primogênita, nascida Leah, virou Elisa e a caçula, Chaya, a nossa Clarice, com “c”, como ela frisava, irritada ao ver seu nome grafado com dois “ss”. Apenas a irmã Tania permaneceu com o nome original.

A ruptura com a terra natal e suas más lembranças foi de tal monta que a escritora se limitava a explicar, quando perguntada sobre suas origens: “Não sei dizer coisa alguma sobre a Ucrânia. Ali apenas nasci e nunca mais voltei”.

Aportados inicialmente em Maceió (AL), quando Clarice tinha pouco mais de um ano, em seguida, mudaram-se para Recife, onde o pai atuou como representante comercial. Na capital pernambucana, aprendeu a ler e fez uma descoberta espantosa, que ao mesmo tempo delineou seu rumo: se os livros eram escritos por autores, ela queria ser um deles. “Fiz da língua portuguesa minha vida interior”, resumiria a escritora muitos anos depois.

Teria sido uma infância totalmente alegre e feliz não fosse a doença da mãe, que sofria de sífilis e morreu em 1930, aos 42 anos, depois de prolongada agonia. Nessa época, Clarice inventava enredos com desfechos mágicos, nos quais a mãe se curava milagrosamente. “Os sonhos de intervenção divina foram frustrados, mas o hábito de brincar com as palavras e

contar histórias permaneceu”, de acordo com Benjamin Moser, autor da biografia.

Ainda menina, seus textos enviados para a página infantil do *Diário de Pernambuco* encontram a mesma barreira que enfrentaria mais tarde: “Meus contos não tinham fadas, nem piratas. Descriviam sensações. Por isso nunca foram publicados”. Mas ela não desistia. Lia tudo o que podia, como as *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato. E escrevia compulsivamente, “de maneira caótica, intensa, fora da realidade, histórias que não acabavam nunca”, conforme o relato à TV Cultura.

INFLUÊNCIAS

Em 1935, a família se mudou para o Rio de Janeiro, passo fundamental para o desenvolvimento intelectual de Clarice. Na então capital da República, concluiu o curso ginasial ao mesmo tempo que frequentou diariamente uma biblioteca circulante. Das obras que leu, duas a marcaram profundamente: *Crime e castigo*, de Dostoiévski e *O lobo da estepe*, de Herman Hesse, meditação filosófica baseada numa história fantástica, como seriam alguns de seus próprios livros.

Ingressou no mundo do trabalho aos 16 anos como tradutora e secretária. “Com meu primeiro ordenado, entrei numa livraria, orgulhosa. Olhei alguns livros. Abri um, vi que era diferente. Eu não sabia quem era Katherine Mansfield. Aí comprei. Custou 10 cruzeiros”, recordou em entrevista a *O Pasquim*, em 1974. Clarice certamente também não imaginava que um dia seria comparada à escritora inglesa que descobriu por acaso.

No início da década de 1940, precipitaram-se os acontecimentos que definirão sua vida e carreira. Seu pai morreu repentinamente numa cirurgia de rotina, aos 55 anos, e ela começou a trabalhar como jornalista, profissão que exerceria de maneira intermitente, com muito orgulho. Inicialmente redatora na Agência Nacional, logo passou a repórter no jornal *A Noite*. “O contato com o outro ser através da palavra escrita é uma glória”, afirmou ao *Jornal do Brasil*, em 1968.

Além de trabalhar, estudou na Faculdade Nacional de Direito, onde conheceu Maury Gurgel Valente, futuro pai de seus dois filhos, com quem se casou em 1944, mesmo ano em que se naturalizou brasileira e lançou o primeiro romance, *Perto do coração selvagem*. As ideias para o livro a perseguiam. Vinham a qualquer hora, na rua, no jornal, durante as aulas. Ela imediatamente

“LER CLARICE LISPECTOR É COMO CONHECER UMA PESSOA.”

CAETANO VELOSO, compositor e cantor

as anotava, o que ao longo da vida se tornou um método: onde quer que estivesse, usava para isso guardanapos ou os maços de cigarro, fumante inveterada que sempre foi.

Aos 24 anos, sua estreia causou rebuliço na cena literária do País com a história de Joana, moça simples arrastada por um turbilhão de paixões. Não existia nada parecido naquele momento, dominado pela ficção modernista, cuja temática predominante eram a vida rural e a vida urbana, numa vertente histórica nacionalista. A escrita de Clarice se diferenciava radicalmente de obras como *A bagaceira*, de José Américo de Almeida – que abriu o ciclo de romances nordestinos – ou *Macunaima*, de Mário de Andrade, retratos de um Brasil em busca de sua identidade cultural.

Focada na experiência interior e na introspecção, a escritora novata inaugurou uma linguagem que captura e se apropria do que parece mínimo, banal ou mesmo óbvio, para construir um diálogo surpreendente com o mundo. “Um romance que faltava”, saudou o crítico literário,



Antonio Candido, secundado por todos os colegas que logo reconheceram na jovem escritora a força e a singularidade de um processo criador distanciado de tudo o que já havia sido escrito. Para o poeta Jorge de Lima, o livro “deslocou o centro de gravitação em que girava o romance brasileiro”, estabelecendo mudança de paradigma em nossa prosa de ficção. Como se tudo isso fosse pouco, Clarice ainda entra para a lista de autores cujas obras de estreia receberam o prêmio Graça Aranha, ao lado de Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Êrico Veríssimo.

O entusiasmo dos intelectuais, porém, não chegou a contagiar o público leitor que, na época – não se pode esquecer, – era muito reduzido, num país com maioria de analfabetos. Apesar das excelentes críticas, a edição teve apenas mil exemplares, sem lhe render qualquer direito autoral. Para completar, a partir de 1945 seu distanciamento dos brasileiros seria físico durante 15 anos, pois ela partiu para a Europa e os Estados Unidos na companhia do marido diplomata.

A experiência no exterior lhe custou muita energia emocional, pois viveu em permanente adaptação, primeiro, em Nápoles (Itália); em seguida; Berna (Suíça), e Torquay (Inglaterra); e finalmente, Washington (Estados Unidos). A fogueira de vaidades do mundo diplomático se chocava com o seu desejo de solidão e liberdade. O sacrifício para se adaptar interferia em seu equilíbrio psíquico. Os livros que publicou nesse período – dois romances e um volume de contos – foram ignorados até pela crítica que tanto a elogiara.

RECLUSÃO

De volta em definitivo para o Brasil no início da década de 1960, já separada do marido, buscou na imprensa o sustento para si e os dois filhos. Escreveu sob pseudônimo a coluna feminina do *Correio da Manhã* – falando de beleza, moda, maternidade e cuidados com a casa – e foi *ghost writer* da atriz e modelo Ilka Soares, colocando ao alcance das leitoras do *Diário da Noite* os segredos de beleza e as técnicas do *sex appeal*.

Seria nas páginas da revista *Senhor*, entretanto, que a ficção da escritora encontrará seu público definitivo, como o então adolescente Caetano Veloso, que na distante cidade baiana de Santo Amaro chegou à seguinte conclusão: “Ler Clarice Lispector é como conhecer uma pessoa”.

Além de contos, também as crônicas impressionaram os leitores, como o pungente texto que escreveu sobre os 13 tiros disparados contra Mi-

neirinho, um bandido cuja morte abalara a opinião pública do Rio de Janeiro. “Um só tiro bastava. O resto era vontade de matar e prepotência da polícia”, afirmou, em alerta premonitório da futura rotina de violência policial.

Em paralelo, sua produção literária foi tomando novo impulso, pois Clarice transformava seus textos jornalísticos em laboratório para a ficção. Foi quando nasceram obras de grande impacto, como *A paixão segundo G.H.*, que descreve a incursão da personagem-narradora pelo quarto da empregada e as sensações e os desafios que nela se instalam ao se deparar com uma barata. Pouco antes, a escritora havia ensinado às suas leitoras uma receita para matar esses insetos. Com seis surpreendentes travessões colocados no começo e no fim, indicando um processo contínuo, o texto se situa numa tênue fronteira entre o romance, o depoimento e o monólogo.

Em seu apartamento no bairro carioca do Leme, onde viveu reclusa até os últimos dias em companhia do cão Ulisses, a rotina era dormir cedo para levantar de madrugada, tomar café e ouvir a Rádio Relógio, fumando e ruminando aquilo que depois datilografaria, com a máquina de escrever apoiada sobre as pernas. Certo dia de 1967, adormeceu com o cigarro aceso e acordou com o quarto em chamas. O incêndio quase obrigou os médicos a amputar sua mão direita e lhe custaria cirurgias de enxerto, em razão de queimaduras nas pernas.

Seu último e mais elaborado livro foi *A hora da estrela*, adaptado para as telas pela cineasta Suzana Amaral, em 1985. Nessa obra de nítido cunho social, a nordestina Macabea é a expressão máxima da inocência pisada e da miséria anônima nas grandes cidades brasileiras. Clarice Lispector morreu em 1977, em decorrência de um câncer de ovário, um dia antes de completar 57 anos. No derradeiro romance, duas frases resumem todo o enredo: “A vida é um soco no estômago. A morte é um encontro consigo”.

&

E.A.D.



SOLUÇÕES PERSONALIZADAS PARA OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO.

Com programas liderados por especialistas, o Atendimento Corporativo Senac desenvolve as capacidades de quem faz as instituições crescerem.



DESENVOLVENDO TALENTOS, POTENCIALIZANDO RESULTADOS.

corporativo.sp.senac.br

0800 707 1027



atendimento corporativo

UM BRASIL PARA CHAMAR DE SEU

Aqui, discutimos possibilidades. Dialogamos. Analisamos. Construimos um acervo de pensamentos. Reunimos muitas ideias, pois somos milhões e temos inúmeros pontos de vista. Olhamos para todos os horizontes possíveis e seguimos na direção de soluções em busca de um país melhor.

VAMOS PENSAR JUNTOS O NOSSO BRASIL.

PARTICIPE DO DEBATE. INSCREVA-SE NO NOSSO CANAL!



UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO SP

WWW.UMBRASIL.COM



@canalumbrasil